

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.4 - Política de destinação dos resultados	5
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	6
3.7 - Nível de endividamento	7
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	8
3.9 - Outras informações relevantes	9

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	10
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	27
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	28
4.7 - Outras contingências relevantes	29
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	30

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	31
5.4 - Outras informações relevantes	35

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	36
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	37
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	38
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	41
6.7 - Outras informações relevantes	42
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	43
7.9 - Outras informações relevantes	44
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	45
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	46
8.3 - Operações de reestruturação	47
8.4 - Outras informações relevantes	48
9. Ativos relevantes	
9.2 - Outras informações relevantes	49
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	50
10.2 - Resultado operacional e financeiro	64
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	69
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	70
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	75
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	76
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	77
10.10 - Plano de negócios	78
10.11 - Outros fatores com influência relevante	81
11. Projeções	

Índice

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	82
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	84
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	85
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	96
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	98
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	114
12.12 - Outras informações relevantes	119
13. Remuneração dos administradores	
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	120
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	121
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	122
13.16 - Outras informações relevantes	123
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	124
15.3 - Distribuição de capital	131
15.7 - Outras informações relevantes	132
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	133
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	151
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	152
17.5 - Outras informações relevantes	153

Índice

18. Valores mobiliários

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	154
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	159
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	160
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	161
18.10 - Outras informações relevantes	162

19. Planos de recompra/tesouraria

19.4 - Outras informações relevantes	163
--------------------------------------	-----

20. Política de negociação

20.2 - Outras informações relevantes	164
--------------------------------------	-----

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	165
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	166
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	167
21.4 - Outras informações relevantes	168

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	169
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	170
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	171
22.4 - Outras informações relevantes	172

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	02/07/2007		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis anuais e trimestrais; Análise e certificação dos controles internos (Sarbanes-Oxley); Revisão de Declaração de Rendimentos (anual e trimestral); Auditoria dos custos não gerenciáveis - CVA		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria = R\$508mil; Outros Serviços = R\$199mil		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferrera@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

3.1 - Informações Financeiras

<u>(Reais)</u>	<u>Exercício social (31/12/2010)</u>	<u>Exercício social (31/12/2009)</u>	<u>Exercício social (31/12/2008)</u>
----------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Cia e a legislação aplicável;
- o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 30 do Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia. Eventualmente, de acordo com o disposto no item 3.4a, poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente a 2010 inclui o valor de R\$101.910 mil à conta de lucros acumulados decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade, com o registro dos efeitos retroativos anteriores a 2010 diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	9.614.679,00	Índice de Endividamento	1,90365000	
	0,00	Outros índices	0,54000000	Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
				Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pela alínea b) dos parágrafos 7º e 9º do Estatuto Social do emissor, conforme respectivamente descrito abaixo:
				b) manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento).
				Parágrafo Nono - As metas estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do § 7º acima poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:
				b) relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (cinquenta por cento).
	0,00	Outros índices	2,50000000	Índice => Dívida líquida / Lajida
				Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea a) do Estatuto Social do emissor, conforme descrito abaixo:
				a) Manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	17.526.820,25	276.658.298,40	196.799.201,74	949.283.757,10	1.440.268.077,49
Quirografárias	815.442.899,62	3.557.099.507,62	2.725.797.764,86	1.076.070.750,41	8.174.410.922,51
Total	832.969.719,87	3.833.757.806,02	2.922.596.966,60	2.025.354.507,51	9.614.679.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Euro	2.568	1.240	-	-	-	-	-	-	3.808
	2.568	1.240	-	-	-	-	-	-	3.808
Indexadores									
UMBND\$	273	271	271	271	271	271	271	23	1.922
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	37.083	37.083
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.591	12.591	11.542	-	-	-	-	-	36.724
Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	92.171	118.467	507.224	444.273	456.786	-	-	-	1.618.921
Certificado Depósito Interbancário – CDI	867.671	2.512.718	557.974	487.888	187.696	111.553	110.515	-	4.836.015
URTJ	44.865	47.490	45.241	63.492	71.755	72.884	72.884	682.686	1.101.297
	1.017.571	2.691.537	1.122.252	995.924	716.508	184.708	183.670	719.792	7.631.962
	1.020.139	2.692.777	1.122.252	995.924	716.508	184.708	183.670	719.792	7.635.770

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Estamos sujeitos a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos que captamos, o que poderá nos impedir de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, estamos sujeitos a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo CMN e pelo Banco Central. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se não atendermos a essas condições e parâmetros, poderemos enfrentar dificuldade para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação de nosso plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de operações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, nossa capacidade de endividamento fica novamente limitada o que poderá afetar negativamente a implementação do nosso plano de investimento.

Podemos incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

Nossa companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a nossa companhia. Nossas demonstrações financeiras consolidadas incluem provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço no valor total de R\$256.762 mil em 31 de dezembro de 2010 (excluindo as questões de natureza trabalhista, que é de R\$114.145 mil). Na hipótese de nossas provisões legais se revelarem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderia causar um efeito adverso em nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Além disso, qualquer resultado negativo relacionado a qualquer litígio poderia afetar adversamente nossa reputação.

Há restrições contratuais à nossa capacidade de endividamento.

Estamos sujeitos a certas restrições sobre nossa capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da nossa companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em nossos contratos de empréstimo, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. No passado, particularmente, em 2009 e em 2010, nós estivemos, algumas vezes, em não conformidade em relação às nossas obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo e, apesar de termos sido capazes de obter autorizações de nossos credores em relação a essa não conformidade, nenhuma garantia pode ser dada de que seremos bem-sucedidos em obter alguma autorização no futuro. O vencimento antecipado de nossas obrigações poderá prejudicar nossa situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (cross default) contidas em diversos de nossos contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre nosso endividamento poderá nos impedir de celebrar novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil.

A Companhia, exceto para o ramo Aeronáutico, não possui seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, não solicitamos proposta para, tampouco contratarmos, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Além disso, podemos incorrer em obrigações além dos limites previstos nas nossas apólices de seguros atuais. Não podemos garantir que nossas políticas de seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que essas políticas de seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem gerar custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em suas atividades e resultados operacionais.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema (ou ONS), ou ao ONS propriamente dito, os mesmos deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o nosso negócio.

Praticamente todos os nossos empregados estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Celebramos acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de nossos empregados. Figuramos no polo passivo em reclamações trabalhistas instauradas por nossos empregados que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. Também somos parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de nossos contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Em 31 de dezembro de 2010, nossas ações trabalhistas totalizavam, aproximadamente, R\$280 milhões e, nessa data, possuíamos uma provisão de aproximadamente R\$93 milhões (sem considerar os depósitos judiciais). Em 2008 e 2009 não enfrentamos nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do acordo coletivo de 2010, passamos por 20 dias de greve dos empregados. A Empresa possui um Comitê de Emergência Operacional para momentos de crise. Este comitê foi acionado e possibilitou que o

4.1 - Descrição dos fatores de risco

movimento grevista não prejudicasse o fornecimento de energia para a sociedade. Não possuímos seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções de atividades causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, poderemos enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a nossos empregados ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira e sobre nossa capacidade de manter os níveis normais de serviço ou operar nosso negócio da maneira que nossos consumidores esperam.

Podemos não ser capazes de receber o montante total de um recebível relevante devido pelo Governo Estadual.

Possuímos uma conta de recebíveis devidos pelo Governo Estadual, denominada Contrato de Cessão de Crédito de Saldo Remanescente da CRC, ou Conta CRC. Renegociamos e alteramos os termos da Conta CRC em algumas ocasiões e aportamos, em 27 de janeiro de 2006, os créditos da Conta CRC em um FIDC, adquirindo quotas subordinadas do Fundo, que correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores. O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em nossas projeções financeiras de longo prazo, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. O valor do FIDC é de R\$1.837 milhões em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$939 milhões referentes às quotas subordinadas e R\$898 milhões referentes às quotas seniores. Não podemos assegurar que os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC serão suficientes para a amortização das quotas seniores e subordinadas, podendo acarretar o exercício da nossa coobrigação em relação às quotas seniores.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de nosso acionista controlador, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da CEMIG. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quorum qualificado dos nossos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos. Não é possível analisar o impacto e os efeitos que isso possa causar sobre nós ou nos nossos resultados operacionais. As operações da CEMIG causaram e continuarão a causar impacto importante sobre o desenvolvimento comercial e industrial do Estado de Minas Gerais e sobre suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador da CEMIG para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos nossos negócios e/ou resultados operacionais.

c. a seus acionistas

Nossa capacidade de distribuir dividendos está sujeita a limitações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O fato de o investidor receber ou não dividendos depende de nossa situação financeira nos permitir ou não distribuir dividendos nos termos da legislação brasileira e da determinação, por parte de nossos acionistas, seguindo a recomendação de nosso Conselho de Administração, atuando discricionariamente, de suspender a distribuição de dividendos em razão de nossa situação financeira, adicionalmente ao valor da distribuição obrigatória exigida nos termos de nosso estatuto social, no caso das ações preferenciais.

Pelo fato de a CEMIG ser uma companhia holding que não exerce operações geradoras de receita que não as de suas subsidiárias operacionais, somente poderemos distribuir dividendos a acionistas se a CEMIG receber dividendos ou outras distribuições em espécie de suas subsidiárias operacionais. Os dividendos que nossas subsidiárias podem nos distribuir dependem de nossas subsidiárias gerarem os lucros suficientes em determinado exercício social. Os dividendos poderão ser provenientes do resultado do exercício, lucros acumulados de anos anteriores e reservas de lucros. Os dividendos são calculados e pagos de acordo com a Lei Brasileira das Sociedades por Ações e com as disposições constantes do estatuto social de cada uma de nossas subsidiárias reguladas.

d. a suas controladas e coligadas

Podemos ser penalizados pela ANEEL em função do descumprimento dos nossos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas a nós, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

Realizamos nossas atividades de geração, transmissão e distribuição nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da ANEEL e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias da nossa carteira, conforme o caso. A ANEEL poderá impor penalidades à nossa companhia caso deixemos de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por até dois anos;
- intervenção pela ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar quaisquer de nossas concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da ANEEL, que, de acordo com a Resolução da ANEEL No. 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações. Não podemos garantir que a ANEEL não imporá multas nem revogará nossas concessões ou autorizações na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Qualquer indenização que venhamos a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar nossa companhia pelo valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos nossos contratos de concessão forem rescindidos por nossa culpa, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão de nossos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Atrasos na expansão de nossas instalações poderão aumentar significativamente nossos custos.

Atualmente nos dedicamos à construção de novas usinas hidrelétricas, eólicas, linhas de transmissão e subestações, bem como à avaliação de outros potenciais projetos de expansão. Nossa capacidade de concluir um projeto de expansão dentro do prazo e de determinado orçamento, sem efeitos econômicos adversos, está sujeita a vários riscos. Por exemplo:

- poderemos experimentar problemas diversos na fase de construção de um projeto de expansão (exemplos: embargos de obras, condições geológicas imprevistas, incertezas políticas e ambientais, liquidez dos parceiros, contratados e subcontratados);
- poderemos nos defrontar com desafios regulatórios ou legais que protelem a data inicial de operação de um projeto de expansão;
- nossas instalações novas ou modificadas poderão não operar à capacidade designada ou fora do prazo estabelecido;
- podemos não ser capazes de obter recursos suficientes para financiar nossos projetos de expansão;
- poderemos enfrentar questões ambientais e reivindicações da população durante a construção de usinas de geração, linhas de transmissão e subestações.

e. a seus fornecedores

Não aplicável

f. a seus clientes

Não aplicável

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

O nível de inadimplemento dos nossos consumidores poderá prejudicar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2010, a totalidade dos recebíveis da nossa companhia devidos por consumidores finais era de aproximadamente R\$2.718 milhões, correspondentes a 21,13% da nossa receita líquida em 2010, e nossa provisão para devedores duvidosos era de R\$555 milhões. Aproximadamente 12,24% dos recebíveis eram devidos por companhias do setor público. Podemos ser incapazes de cobrar valores devidos por diversos municípios e demais consumidores em mora. Caso tais dívidas não sejam total ou parcialmente liquidadas, sofreremos um impacto adverso sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, o montante de dívidas que vier a superar a provisão para devedores duvidosos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

por nós constituída poderá causar um efeito adverso em nosso negócio, resultado das operações e condição financeira.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o nosso negócio.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Caso as situações política e econômica se deteriorem, poderemos enfrentar aumento de custos.

No início de 2011, tomou posse a nova presidente do Brasil. A presidente possui poderes consideráveis para determinar as políticas e ações governamentais relacionadas à economia brasileira e incertezas em relação a eventuais crises políticas podem contribuir para a instabilidade econômica. Isto pode aumentar a volatilidade do mercado dos títulos do Governo. Não é possível prever se o Governo, eleito em 2010 ou quaisquer governos sucessores terão um efeito adverso sobre a economia brasileira e, conseqüentemente, sobre os nossos negócios.

As incertezas com relação aos quadros econômicos e a política a ser adotada pelo novo presidente do Brasil também podem aumentar a volatilidade dos preços de mercado e ter um efeito significativo sobre a economia brasileira, os nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

A atual estrutura do setor elétrico brasileiro é altamente concentrada em geração hidrelétrica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro é altamente concentrado em geração hidrelétrica e enfrenta uma limitação natural de sua capacidade de geração, tendo em vista que as usinas hidrelétricas não podem gerar mais energia elétrica do que é possível em função dos recursos hídricos do país. Assim, fatores naturais podem afetar nossa capacidade de geração de energia, em razão do aumento ou redução do nível dos reservatórios. O controle do nível dos reservatórios pelo ONS procura otimizar o nível de água disponível para a geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios. Neste contexto, o ONS poderá, por exemplo, impedir que uma usina de geração localizada na nascente de um rio aumente sua vazão de água, caso isto possa prejudicar as demais usinas ao longo do mesmo rio. Da mesma maneira, o ONS poderá

4.1 - Descrição dos fatores de risco

decidir aumentar a geração termelétrica e reduzir a geração hidrelétrica com o fim de preservar a água dos reservatórios.

A escassez no racionamento em razão de condições hidrológicas adversas não totalmente cobertas pelo MRE, poderia resultar no aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa. Adicionalmente, caso os leilões de energia nova realizados nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não resultem em uma expansão da capacidade de geração de energia para adequar os níveis à crescente demanda, medidas de racionamento podem vir a ser adotadas. Qualquer limitação da nossa capacidade de geração de energia elétrica poderá prejudicar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Estamos sujeitos a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal 10.848 de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

A constitucionalidade da Lei nº 10.848/04 está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão, estando, portanto em pleno vigor a Lei nº 10.848/04. Caso a Lei nº 10.848/04 seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o arcabouço regulatório introduzido pela Lei nº 10.848/04 poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e quando o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Por conseguinte, não podemos avaliar no presente momento o impacto prejudicial que uma decisão acerca da constitucionalidade da Lei nº 10.848/04 teria sobre nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira futuros.

Não temos certeza da renovação de nossas concessões.

Conduzimos a grande maioria das nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal - que é frequentemente orientado pela ANEEL - pela Lei de Concessões em relação a novos contratos de concessão e no que diz respeito à renovação de concessões existentes e, dada a ausência de precedentes de longa data explicitando como o Governo Federal pretende exercer seu poder discricionário, interpretar e aplicar a Lei de Concessões, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer de nossas concessões poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Imposições e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à nossa companhia.

Nossas operações relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como à distribuição de gás natural estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou recusas dos pedidos de licenças por parte dos órgãos ambientais, bem como a nossa eventual impossibilidade de cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos durante os processos de licenciamento ambiental, podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir, conforme o caso, a construção e manutenção destes projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, independentemente da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, (que não estão sujeitas a limites de quantidade) resultar na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como restrição de direitos e mesmo de liberdade podem ser aplicadas a pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Em relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais bem como proibir a companhia de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderiam afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A CEMIG está sujeita à legislação brasileira, que exige pagamento de compensação em relação aos efeitos poluidores de suas atividades. De acordo com a Lei Federal, promulgada em 2009, até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias em determinada quantidade, devendo ser avaliados pelas autoridades ambientais de acordo com a extensão do impacto ambiental do projeto. Algumas disposições da Legislação Estadual estabelecem que as medidas de compensação devam ser adotadas com efeitos retroativos a projetos concluídos antes da promulgação da legislação pertinente. A retroatividade dessas medidas está sendo questionada e ainda não está claro se vão ou não se aplicar. Ainda não avaliamos os efeitos que tal legislação terá na CEMIG, mas pode resultar em custos adicionais para a Companhia, o que poderá afetar nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. [Veja "Item: XXX"]

Além disso, as leis Estaduais exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural e as autoridades ambientais estão discutindo atualmente se essa exigência se aplica a empresas do setor elétrico. Se a Reserva Florestal Legal for aplicável a empresas do setor de energia elétrica, será exigido tanto para aqueles em construção quanto para aqueles a serem realizados no futuro.

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro podem exigir que nós realizemos dispêndios de capital adicionais ou que nós incorramos em despesas operacionais adicionais a fim de manter nossas operações atuais, restringir nossas atividades de produção ou que nós adotemos outras ações que poderiam ter efeito adverso sobre nossa condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, nossas companhias de geração de energia não estão autorizadas a vender energia diretamente para nossas distribuidoras. Dessa forma, nossas companhias de geração de energia vendem a energia em um mercado regulamentado, através de leilões públicos realizados pela ANEEL (o “Mercado Regulamentado”, o “Ambiente de Contratação Regulado - ACR” ou o “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (o “ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores que celebrem contratos com as nossas companhias de geração de energia no âmbito do Ambiente de Contratação Regulado, reduzir a quantidade de energia contratada em alguns contratos até um determinado limite, expondo nossas companhias de geração de energia ao risco de não venderem a energia assim descontratada a preços adequados.

Além disso, realizamos atividades de comercialização através de contratos de compra e venda de energia, principalmente no ACL, por meio de nossas companhias de geração e comercialização de energia. Os contratos firmados no ACL podem ser com outros agentes de geração, comercialização e principalmente com os “Consumidores Livres”, que são os consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, os quais podem escolher seu fornecedor de energia. Contratos antigos com esse tipo de consumidor possibilitam a flexibilidade de comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) de nossas companhias em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Contratos recentes, assinados a partir de 2005, em geral, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia, mas o aumento das pressões da concorrência no mercado pode levar à volta desse tipo de condição contratual.

Além dos clientes livres mencionados acima, há uma classe de clientes denominada “Clientes Especiais”, que são aqueles com demanda contratada entre 500kW e 3MW, que são elegíveis para aderirem ao mercado livre desde que comprem energia de fontes incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa ou usinas eólicas. A Cemig já realizava operações de venda desse tipo de energia a partir de alguns recursos próprios de geração alocados em determinadas empresas do grupo, mas, a partir de 2009, vem sendo incrementada a comercialização desse tipo de energia incentivada e a empresa formou um portfólio de contratos de compra para ocupar um importante espaço no mercado brasileiro deste tipo de energia. Os contratos de venda a esse tipo de cliente possuem flexibilidades específicas para atendimento de suas particularidades e essas flexibilidades de consumo a menor ou a maior estão vinculadas ao comportamento histórico dessas cargas. Variações de mercado muito amplas, que excedam os limites históricos, podem gerar posições de curto prazo que podem ter impacto financeiro prejudicial aos nossos resultados.

Apesar da estratégia descrita na seção “Geração e Comercialização de Energia”, a falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado, podem afetar negativamente nossos resultados esperados. Adicionalmente, caso não consigamos vender todos os nossos recursos - nossa capacidade de geração própria adicionada aos contratos de compra - nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na CCEE, a preços de liquidação (Preço de Liquidação de Diferenças), ou PLD, que tendem a ser muito voláteis. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, nossas receitas e resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Mudanças políticas e catástrofes naturais podem gerar impactos negativos nos resultados da Companhia.

Não aplicável

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Não temos outras informações. Os riscos relacionados são constantemente monitorados pela Companhia. Neste momento, a Cemig não possui expectativas de redução ou aumento dos riscos apresentados para esse item, que a companhia julgue relevantes.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia Energética de Minas Gerais e suas Subsidiárias Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A figuram como partes em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos, que montavam em 31/12/2010, aproximadamente, R\$12,8 bilhões, dos quais R\$558 milhões estavam avaliados com “perda provável”, R\$4,5 bilhões com “perda possível” e R\$7,7 bilhões com “perda remota”.

Encontram-se relacionados neste relatório todos os processos administrativos e judiciais em andamento, de natureza Ambiental, Cível, Direito Administrativo, Regulatório e Tributário cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Jurídicos – GPJuri, classificados como relevantes, de valores iguais ou superiores a R\$50 milhões, com a posição atualizada até 31/12/2010, cujas contingências de perda estão avaliadas como “provável” e “possível” e “remota”, critério utilizado para classificação de relevância, onde a CEMIG e as suas Subsidiárias figuram como partes Devedoras.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em Provável, Possível ou Remota, considerando os critérios determinados nas Instruções Contábeis – IC, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 de 26/10/2001, alterado pela Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, da ANEEL, que aplica à contabilidade regulatória todas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, já aprovadas pela ANEEL, em especial o parágrafo 16 do CPC 25, sendo os montantes provisionados nos processos com avaliação de perda provável e nos de perda possível, conforme a seguir:

- quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e
- quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Informamos que, em decorrência da desverticalização pela qual passou a CEMIG, nos processos em que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) figura como parte, a sua substituição processual pelas subsidiárias integrais CEMIG Distribuição S/A (CEMIG D) e CEMIG Geração e Transmissão S/A (CEMIG GT), ocorre gradativamente e de acordo com o andamento processual, dependendo de deferimento pelo poder judiciário.

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo de natureza Ambiental	
a. juízo	Processo nº 002408137311-0 - Justiça Comum - Belo Horizonte - MG - 2ª Vara Faz. Publ. e Autarquias
b. instância	1ª - Justiça Comum
c. data de instauração	22/07/2008
d. partes no processo	Autor: Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio - AMAR Réus: CEMIG Geração e Transmissão S/A, Companhia Energética de Minas Gerais, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e Southern Electric Brasil Participações Ltda.
e. valor envolvido	R\$ 1.253.163.973,14
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio, contra a CEMIG, Southern Electric e FEAM, na qual a requerente alega a existência de danos potenciais à saúde pública; prejuízos pela inexistência de escada de peixes; existência de altas taxas de cianobactérias; existência de doenças endêmicas (leishmaniose e esquistossomose); risco de eutrofização; contaminação por biocidas persistentes; contaminação por mercúrio; necessidade de desapropriação de 500 metros no entorno do reservatório e reposição de mata ciliar e da averbação da reserva legal; inconsistência da operação. Requereu, em pedido de liminar, que a licença da operação LO 111/05 (UHE Nova Ponte) fosse cassada ou suspensa até que nela sejam estabelecidas e cumpridas as condicionantes pretendidas na presente lide, imprescindíveis à manutenção da saúde pública e à compensação/mitigação ambiental. Em audiência a Juíza acolheu a exceção de incompetência e declinou a competência para o foro da capital do Estado. A CEMIG protocolizou Agravo Retido em face da decisão interlocutória que deferiu o pedido de emenda à inicial. A contingência de perda foi alterada para remota em 27/12/2010.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento
Processos de natureza Regulatório	
a. juízo	Processo nº 20023400026509-0 – Justiça Federal - Brasília - DF - 15ª Vara Federal
b. instância	2ª - TRF 1ª Região - Brasília - DF - 3ª Seção
c. data de instauração	23/11/2002
d. partes no processo	Autor: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica, CEMIG Geração e Transmissão S/A, Centrais Elétricas de Santa Catarina, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Elektro Eletricidade e Serviços S/A, Guaraniana Comércio e Serviços S.A e Rosal Energia S/A
e. valor envolvido	R\$ 110.919.259,63
f. principais fatos	Em 04/11/2008, a CEMIG GT impetrou o Mandado de Segurança nº 20080100059059-7, requerendo sua habilitação como assistente litisconsorcial passivo na Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, ajuizada pela AES Sul contra a ANEEL, através da qual aquela autora requer a anulação do Despacho ANEEL nº 288/2002 que determinou as diretrizes de interpretação da Resolução ANEEL nº 290/2000, e assim, modificou a situação da AES Sul Distribuidora, de credora para devedora do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A CEMIG GT obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira no valor histórico de R\$79.210.083,73, e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo também por liminar na Ação Ordinária. Caso a AES Sul seja vitoriosa nessa Ação Ordinária, a CEMIG GT deverá pagar esse valor atualizado à época.
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processos de natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 20063800022523-7 – Justiça Federal - Belo Horizonte - MG - 14ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$ 98.868.747,29
f. principais fatos	<p>No ano de 2006, a CEMIG e Subsidiárias pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerada pela Concessionária que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a CEMIG e as Subsidiárias notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos.</p> <p>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF.</p> <p>O escritório responsável pela condução do processo avaliou a contingência com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	coletivo, tem caráter indenizatório. Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os Autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG interpôs Apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28/03/2007, aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região.
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processos de natureza Tributária

a. juízo	Processo nº 20063800021839-6 – Justiça Federal - Belo Horizonte - MG - 20ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A Réu: Superintendente Regional do INSS/MG e outros
e. valor envolvido	R\$7 9.419.348,91
f. principais fatos	Em 2006, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição realizaram pagamentos adiantados a alguns de seus empregados em troca dos direitos de tais empregados a futuros pagamentos, denominados como “Anuênio”. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que nossa opinião é que tal tributo não se aplica. Como resultado, recebemos notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, ingressamos com Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, nossa análise leva em consideração a natureza indenizatória desta

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ.</p> <p>Em 30/06/2006, foi Impetrado Mandado de Segurança com Pedido de Liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida.</p> <p>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações.</p> <p>Em 03/03/2008, foi publicada sentença que denegou a segurança.</p> <p>Em 25/01/2008 foi protocolada Apelação pela CEMIG requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação da CEMIG tempestivamente interposta no efeito devolutivo.</p> <p>Os autos foram remetidos ao TRF-1 e atualmente encontram-se conclusos ao Desembargador Federal Luciano Tolentino, aguardando julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas Subsidiárias não são partes em processos classificados como sigilosos.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia e as suas subsidiárias são partes em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Administrativos, de natureza tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil lavrou vinte e cinco Autos de Infração contra a Cemig Distribuição S.A, Cemig Geração e Transmissão S/A e a Companhia Energética de Minas Gerais, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas (participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, alíquota adicional – exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória). Foram lavrados, ainda, 6 Termos de Sujeição Passiva Solidaria. O montante do crédito tributário é de, aproximadamente, R\$317 milhões. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento, avaliando a perda como “possível”, sendo mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço.

Processos Judiciais, de natureza ambiental – Lei Estadual nº 12.503/1997

A Procuradoria do Estado de Minas Gerais ajuizou sete ações públicas contra a CEMIG, nas quais requer que a Companhia invista no mínimo 0,5% da receita operacional total dos negócios antes do investimento em proteção e preservação ambiental dos lençóis freáticos dos municípios relativos às usinas de geração da CEMIG, desde 1997. Essas ações se baseiam na Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503, promulgada em 31 de maio de 1997. Até o presente momento somente duas das sete ações foram julgadas. Em uma delas o pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais foi julgado parcialmente procedente, com a condenação da Cemig a investir 0.5% da receita operacional bruta em preservação e proteção ambiental dos mananciais hídricos existentes em Ouro Preto, tendo a Cemig interposto recurso para a Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Já a outra foi extinta, sem julgamento de mérito, por ilegitimidade passiva. A probabilidade de perda é “possível”, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço. A CEMIG ainda não calculou o valor dessas ações.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável à Companhia

[Digite texto]

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	2010	2009	01/01/2009
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos e Financiamentos	-	5.877	43.083
Operações contratadas de hedge/swap	-	75.000	59.873
	-	80.877	102.956
Yen			
Empréstimos e Financiamentos	-	-	100.160
Operações contratadas de hedge/swap	-	-	(100.073)
	-	-	87
Euro			
Empréstimos e Financiamentos	3.809	7.146	12.919
Passivo Líquido Exposto	3.809	88.023	115.962

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2011 será de **8,03% para o Dólar (R\$1,80)** e **7,05% para o Euro (R\$2,39)**. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao **Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.**

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos	3.809	4.077	5.097	6.116
Passivo Líquido Exposto	3.809	4.077	5.097	6.116
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	(268)	(1.288)	(2.307)

Risco de Taxa de juros

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2010. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Ativos		
Aplicações Financeiras	2.081.094	3.023.205
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	75.000
	<u>2.081.094</u>	<u>3.098.205</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	(4.836.015)	(5.607.641)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	(120.000)
	<u>(4.836.015)</u>	<u>(5.727.641)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.754.921)</u>	<u>(2.629.436)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de Dezembro de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2010	2011		
	Cenário Base SELIC 10,66%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,125%
Ativos				
Aplicações Financeiras	2.081.094	2.346.433	2.412.768	2.479.103
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e	(4.836.015)	(5.452.607)	(5.606.755)	(5.760.903)
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.754.921)</u>	<u>(3.106.607)</u>	<u>(3.193.987)</u>	<u>(3.281.800)</u>
Efeito Líquido da Variação	-	<u>(351.252)</u>	<u>(439.066)</u>	<u>(526.879)</u>

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Liquidez

A Cemig GT administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O prazo das aplicações em 31 de dezembro estava assim distribuído:

Prazos	Até 1 mês
Liquidez imediata	74,50%
60 dias	12,80%
90 dias	6,00%
120 dias	0,80%
180 dias	5,50%
360 dias	0,40%
	100,00%

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	269.495	44.052	706.592	5.527.461	1.088.170	7.635.770
Concessões a pagar	153	450	1.140	36.170	73.958	111.871
	<u>269.648</u>	<u>44.502</u>	<u>707.732</u>	<u>5.563.631</u>	<u>1.162.128</u>	<u>7.747.641</u>

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	248.292	32.536	675.883	4.548.340	119.989	5.625.040
Concessões a pagar	153	450	1.140	36.170	73.958	111.871
	<u>248.445</u>	<u>32.986</u>	<u>677.023</u>	<u>4.584.510</u>	<u>193.947</u>	<u>5.736.911</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

5.4 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	08/09/2004
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações/Subsidiária Integral da Companhia Energética de Minas Gerais (Empresa de Economia Mista)
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/10/2006

6.3 - Breve histórico

A Cemig Geração e Transmissão constitui uma sociedade anônima, na forma de subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Tem por objetivo social estudar, planejar, projetar, construir, operar explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário.

Deve também desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial e prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior, e exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a. Evento 1

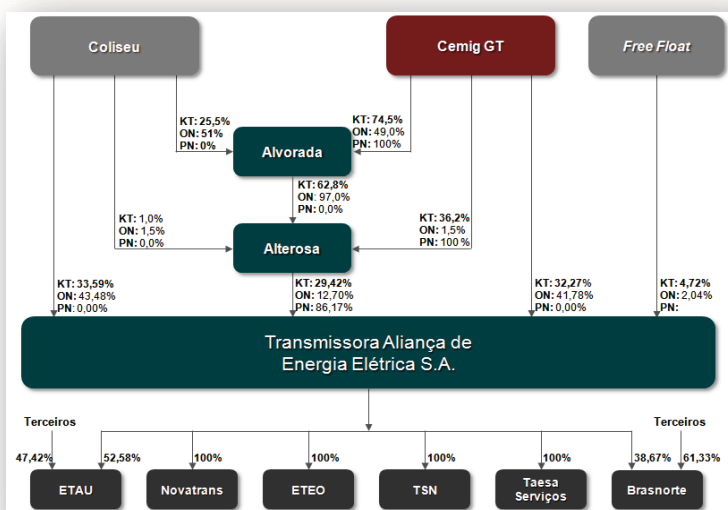
Aumento de participação Acionária na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), antiga denominação da Terna Participações S.A.

b. Principais Condições do Negócio

Em 22/03/2010, foi publicado o Edital de Oferta Pública de Ações (“OPA”) para aquisição de ações ordinárias (“ON”), ações preferenciais (“PN”) e *units* (formada por uma ação ON e duas ações PN) de emissão da Taesa, com a finalidade de assegurar aos demais acionistas tratamento igualitário àquele dado a Terna S.p.a., em conformidade com o Estatuto Social da Taesa, com a Lei 6.404/76, com a Instrução CVM nº361/2002 e com o Regulamento do Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A.

Em 11/05/2010, ocorreu a liquidação financeira da OPA, com adesão de 86,17% do total das ações disponíveis no mercado, o que representou 77.525.322 ações adquiridas (25.841.774 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais), tendo sido pago o valor de R\$ 12,91 por ação, totalizando R\$ 1.000.852 mil.

Após a OPA, Cemig GT e FIP Coliseu passaram a deter, juntos, 95,28% do capital total da Taesa, sendo 97,96% das ações ON e 86,17% das ações PN. A participação acionária da Cemig GT, direta e indireta, no capital social da Taesa, está representada no organograma abaixo:



a. Evento 2

Incorporação reversa (*downstream mergers*) das holdings: Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) e Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”) e das empresas operacionais (*upstream mergers*), Novatrans Energia S.A. (“Novatrans”), TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (“TSN”), ETEO–Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. (“ETEO”) e TAESA Serviços Ltda., pela Taesa

b. Principais Condições do Negócio

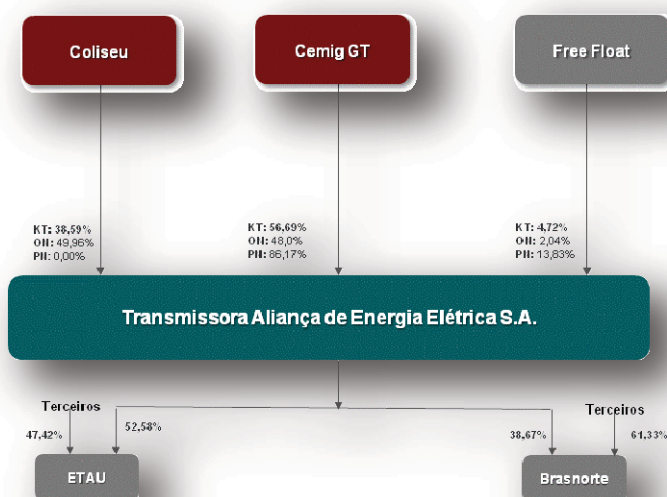
Um dos objetivos dos sócios da Taesa é torná-la o principal veículo de crescimento e aquisições dentro de seu grupo econômico. Na visão dos acionistas, a efetivação dos processos de incorporação na Taesa das concessões TSN, Novatrans e ETEO, bem como das holdings Alvorada e Alterosa, seria um passo importante para agregar eficiência

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

aos processos da Companhia, proporcionar uma maior robustez à sua estrutura financeira, além de torná-la mais competitiva frente aos desafios de mercado. Além disso, o processo de incorporação das concessionárias resultaria na elevação da segurança e eficácia dos serviços prestados, em melhoria nas estruturas das concessões, garantindo a continuidade da prestação de serviços públicos de energia elétrica concedidos, de forma eficiente, ágil e, sobretudo, com a qualidade necessária.

Em 31 de dezembro de 2010, atendendo a Resolução Autorizativa nº 2.627, de 30/11/2010, da ANEEL, que anuiu a transferência de concessão das empresas Novatrans, TSN e ETEO por meio de incorporação dessas pela Taesa, bem como a incorporação das empresas holdings Alterosa e Alvorada também pela Taesa, foi concluído o processo de incorporação das empresas operacionais e das empresas holdings acima citadas.

A participação acionária da Cemig GT na Taesa, não sofreu alteração com as incorporações ocorridas em 31/12/2010, permanecendo os 56,69% do capital total da Taesa, porém agora, esta participação é apenas direta, conforme demonstrado abaixo.



c. Sociedades Envolvidas

- Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu
- Cemig Geração e Transmissão S.A.
- Transmissora Alterosa de Energia S.A.
- Transmissora Alvorada de Energia S.A.
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
 - ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai
 - Novatrans Energia S.A.
 - ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
 - TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
 - TAESA Serviços Ltda.
 - Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

Após a OPA, Cemig GT e FIP Coliseu passaram a deter, juntos, direta e indiretamente, 95,28% do capital total da Taesa, sendo 97,96% das ações ON e 86,17% das ações PN,

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento 1 - A participação acionária da Cemig GT, direta e indireta, no capital social da Taesa, passou de 32,42% para 56,69%:

Evento 2 - Não houve alteração da participação da Cemig GT e FIP Coliseu no capital da Taesa após a conclusão do processo de incorporações das holdings e das empresas operacionais acima referidas.

e. Quadro Societário da Taesa antes da OPA

Acionista/Cotista	ON	%	PN	%	Total	%
FIP Coliseu	88.498.815	43 %			88.498.815	34%
Cemig GT	85.028.274	42%			85.028.274	32%
Conselheiros	22	0%			22	0%
Pessoas Vinculadas	2				2	0%
Ações em Circulação no Mercado	29.990.598	15%	59.981.196	100%	89.971.794	34%
TOTAL	203.517.711	100%	59.981.196	100%	263.498.907	100%

f. Quadro Societário da Taesa após a OPA

Acionista/Cotista	ON	%	PN	%	Total	%
FIP Coliseu	101.675.151	50,0 %			101.675.151	38,6%
Cemig GT	97.693.712	48,0%	51.683.548	86,2%	149.377.260	56,7%
Conselheiros	22	0,0%			22	0,0%
Pessoas Vinculadas	2	0,0%			2	0,0%
Ações em Circulação no Mercado	4.148.824	2,0%	8.297.648	13,8%	12.446.472	4,7%
TOTAL	203.517.711	100%	59.981.196	100%	263.498.907	100%

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

O emissor não está sujeito à Lei de Falência.

6.7 - Outras informações relevantes

Outras informações que o emissor julgue relevantes - Aquisição de Capital

- Em 25 de março de 2010, a Companhia de Transmissão Centroeste de Minas entrou em operação comercial com a linha de transmissão Furnas - Pimenta de 345 kV, com extensão de 62,5 Km, potência de 750 MVA, localizada no Estado de Minas Gerais.
- Em 13 agosto de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. adquiriu 49% do capital social total e votante da Lightger S.A., sociedade de propósito específico controlada da Light S.A., detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi.

A anuência da ANEEL foi obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 2.494, de 03 de agosto de 2010.

A CEMIG GT pagou pela aquisição de participação na LIGHTGER o valor global de R\$19.959.603,60 (dezenove milhões, novecentos e cinqüenta e nove mil, seiscentos e três reais e sessenta centavos), representando 25.939.013 ações ordinárias do capital social da Lightger, equivalente a R\$0,769482 por ação;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Cemig Geração e Transmissão é uma empresa mista de capital aberto, subsidiária integral da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com desenvolvimento de atividades nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

7.9 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item, que a Companhia julgue relevantes.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

A Cemig Geração e Transmissão é controlada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que por sua vez é controlada pelo Estado de Minas Gerais.

b. controladas e coligadas; c) participações do emissor em sociedades do grupo

	Participação direta no capital total - %	
	2010	2009
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	32,27
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	-	49,00
Lightger	49,00	-

c. participações de sociedades do grupo no emissor

Não há participações.

d. sociedades sob controle comum

Não há.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Vide item 8.1

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	26/04/2009
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Celebração de contrato de compra e venda de ações com a empresa italiana Terna S.p.A., relativas ao capital social da holding de transmissão de energia Terna Participações S.A.. Maiores detalhes vide item 6.5.

8.4 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

9.2 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação dos investimentos realizados pela Companhia, propiciando condições para que no futuro a Companhia continue a agregar valor, apresentando resultados e eficiência entre as melhores do setor de geração e transmissão do Brasil.

Neste contexto, concluímos no 1º semestre de 2010 o processo de oferta pública de aquisição de ações em circulação da Taesa, com a aquisição de 24,42% das ações em posse dos acionistas minoritários, no valor de R\$1 Bilhão. Com essa nova aquisição, passamos a deter 56,69% do capital total da Taesa.

Deve ser ressaltado o esforço da administração na agregação de valor nas novas aquisições, buscando sempre maximizar o retorno dos nossos ativos através da melhoria na eficiência operacional. Como exemplo, podemos destacar os resultados da Taesa, que com a nossa gestão vem apresentando de forma contínua melhores indicadores de eficiência e rentabilidade.

No que se refere as nossas atuais operações de comercialização de energia, as expectativas para os próximos anos em nossos resultados são favoráveis em função da atualização dos nossos atuais contratos de fornecimento e novas negociações de venda da energia da Companhia, com um incremento na receita advinda dessas operações.

Fechamos o ano com um lucro muito próximo ao apresentado no ano anterior, R\$1.084 milhões na comparação ao lucro de R\$1.103 milhões em 2009. Da mesma forma, a geração de caixa, medida pelo Lajida, foi de R\$2.330 milhões na comparação com R\$2.279 milhões em 2009. Deve ser destacado que no ano de 2009 o resultado da Companhia foi afetado positivamente pela venda às Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Apesar desse aspecto favorável em 2009, conseguimos manter um desempenho semelhante em 2010.

Temos a expectativa que a economia brasileira continue a crescer em 2011, e a continuidade dos investimentos em infraestrutura, onde a disponibilização de energia que viabilize esses investimentos é fundamental. Entendemos que a Cemig GT tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a parcela representativa dos grandes clientes industriais do Brasil.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

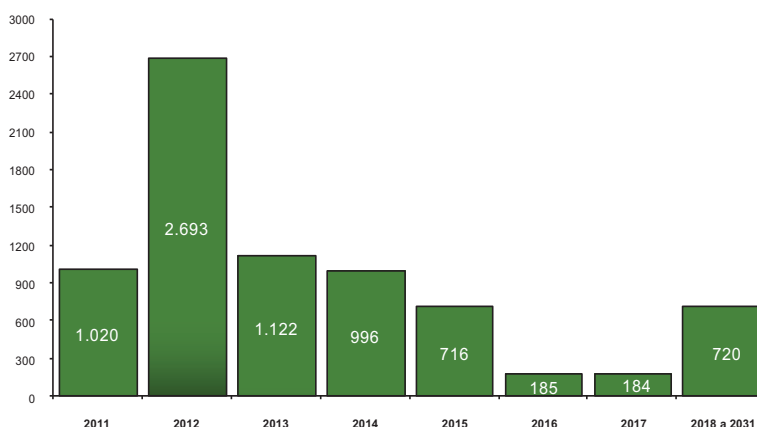
- i) hipóteses de resgate;
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A CEMIG GT tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2010, por um endividamento de aproximadamente R\$7,3 bilhões, com 13,36% e 86,64% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Já em 31 de dezembro de 2009, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões, com 52,28% e 47,72% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2008, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, com 26,83% e 63,17% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Em vista disso, o endividamento da CEMIG GT tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Empresa liquidez e flexibilidade operacional.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O endividamento da CEMIG GT, posição em 31 de dezembro de 2010, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,7 anos e pagamentos de até R\$1.150 milhões, aproximadamente, exceto em 2012, refletindo o esforço empreendido pela Empresa no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2010 (R\$ milhões)



O custo médio da dívida da CEMIG GT tem se reduzido ao longo dos anos (6,77% a.a. a preços constantes em 31 de dezembro de 2010, 5,11%a.a. em dezembro de 2009 e 9,58%a.a. em dezembro de 2008), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em CDI (63% do total em 2010, 82% em 2009 e 89% em 2008). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Empresa, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	2010	2009	2008
EBITDA / Juros	3,67	6,71	5,22
Dívida Líquida / EBITDA	2,50	1,57	0,97
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	54%	51%	44%

Fonte: Companhia

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Devemos destacar a capacidade de geração de caixa da Companhia. Em 2010, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.776 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.550 milhões e em 2008, R\$1.047 milhões (2010 e 2009 informados como padrão contábil do IFRS).

O caixa da Companhia era de R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010, R\$3.044 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R\$862 milhões em 31 de dezembro de 2008.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$5.874 milhões. Já em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$3.775 milhões e em 31 de dezembro de 2008 era de R\$1.879 milhões. Em 2010, a geração de caixa obtida em um período de 2,5 anos é superior ao saldo devedor e em 2009 e 2008, tais valores significam que a geração de caixa obtida em um período de 1,5 e 1 ano, respectivamente, é superior ao saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Exceto o ano de 2012, a dívida total está perfeitamente escalonada.

O passivo circulante era de R\$1.591 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$6.031 milhões em 31 de dezembro de 2009 (2010 e 2009 informados como padrão contábil do IFRS). As principais obrigações referem-se aos empréstimos e financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, consideramos que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Foram captados pela Cemig GT R\$2.949 milhões, sendo R\$2.700 milhões através de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos, R\$242 milhões através de rolagem de dívidas bancárias e R\$7 milhões através de contratos celebrados com a FINEP para a realização de estudos de inventário de usinas. Para uma visão consolidada da Cemig GT, vale registrar a contratação de cerca de R\$1.061 milhões em financiamentos por parte de suas controladas e coligadas (valor proporcional à participação acionária da Cemig GT).

Foram captados, em 2009, R\$3.494 milhões, sendo R\$ 663 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões através de contratos celebrados com o BNDES e com a FINEP, para investimento na UHE Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$ 2.700 milhões através da emissão de Notas Promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$63 milhões, através de aditivos a contratos existentes. Para uma visão consolidada da Cemig GT, vale registrar a contratação de cerca de R\$423 milhões em financiamentos por parte de suas subsidiárias.

Vale destacar em 2008, na Cemig GT, a aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da concessão de um financiamento no valor de R\$122 milhões em moeda corrente para a Cemig GT, para utilização dos recursos no reembolso de aportes realizados e em futuros aportes na Baguari Energia S.A., uma empresa de propósito específico com 69,39% de participação acionária da Cemig GT e 30,61% de Furnas, juntas participando em 49% de um Consórcio com a empresa Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., da Neoenergia, para a construção da UHE Baguari, com potência instalada de 140 MW e investimentos da ordem de R\$ 500 milhões.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Deve-se atentar para o fato de ser a CEMIG GT uma subsidiária integral da CEMIG, essa uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2827, de 30/03/2001, do Banco Central, restam à CEMIG GT as seguintes opções de captação:

Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;

- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento;
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

A importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da empresa reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da empresa, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à empresa acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Empresa e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da empresa.

Nesse sentido, deve-se observar as seguintes orientações:

Aproveitar as condições favoráveis de mercado

Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Empresa, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.

Manter alongado o cronograma de amortização da dívida

Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Empresa, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.

Reduzir o custo financeiro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Empresa, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.

Otimizar a exposição à moeda estrangeira

Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Empresa. A Cemig, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge (Ver Política de Hedge da Cemig) não represente risco financeiro material para a Empresa.

Manter coerência com o Plano Diretor da Empresa

A Cemig tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da Cemig, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Empresa serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores

Não menos importantes são as percepções de risco do mercado, o qual define parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Empresa e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento prevêm cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Empresa parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Empresa em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. O órgão regulador (ANEEL) também impõe alguns parâmetros financeiros a serem seguidos para o reconhecimento da base de remuneração tarifária da Empresa, que é revisada de 5 em 5 anos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Contratos Financeiros Relevantes

A CEMIG GT celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor da CEMIG GT, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$7,6 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a CEMIG GT figurava como parte em 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em R\$ mil):

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Consolidado								
FINANCIADORES	2010						2009	01/01/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	-	-	-	-	100.160
B.N.P. Paribas	2010	Libor+1,875	US\$	-	-	-	5.877	23.825
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.568	1.241	3.809	7.146	12.919
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US\$	-	-	-	-	11.044
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US\$	-	-	-	-	8.214
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.568	1.241	3.809	13.023	156.162
MOEDA NACIONAL								
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	RS	-	-	-	75.156	75.241
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	RS	254.741	484.111	738.852	736.520	63.784
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	RS	24.549	44.638	69.187	91.774	92.887
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	RS	2.208	30.000	32.208	31.900	32.761
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	RS	17.842	900.000	917.842	914.255	922.279
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	RS	46.143	84.215	130.358	172.930	175.017
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	RS	-	-	-	25.157	25.173
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	RS	854	1.551	2.405	3.188	3.229
BNDES	2026	TJLP+2,34	RS	8.055	111.281	119.336	124.159	-
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	RS	36.603	68.192	104.795	139.163	140.388
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	RS	1	1.365	1.366	1.821	2.079
Bradesco S.A. (15)	2010	CDI	RS	-	-	-	2.742.383	-
Debêntures (4)	2009	CDI+1,20	RS	-	-	-	-	357.472
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	RS	243.038	-	243.038	242.181	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	RS	-	37.083	37.083	37.053	32.936
Debêntures(4)(16)	2015	IPCA+7,68 *	RS	87.906	1.198.877	1.286.783	-	-
Debêntures(4)(16)	2015	0,042 **	RS	(475)	(1.448)	(1.923)	-	-
Debêntures(4)(16)	2012	CDI+0,90 **	RS	161.685	1.566.000	1.727.685	-	-
Debêntures(4)(16)	2012	0,1051 **	RS	(1.643)	(68)	(1.711)	-	-
ELETROBRÁS	2013	Finel+7,50 a 8,50	RS	12.591	24.133	36.724	48.265	60.799
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	RS	8.112	14.857	22.969	30.471	30.828
UNIBANCO S.A.	2009	CDI+2,98	RS	-	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A.	2013	CDI+1,70	RS	49.431	89.531	138.962	184.004	185.989
Eng Power (9)	2012	IPCA	RS	-	-	-	873	-
FINEP (9)	2015	TJLP+5,00	RS	2.233	12.769	15.002	7.941	-
ORTENG Equipamentos e Sistemas (9)	2012	IPCA	RS	-	-	-	377	-
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA	RS	-	-	-	1.202	-
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	RS	270	-	270	-	-
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	RS	712	5.748	6.460	7.152	4.062
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	RS	2.732	22.768	25.500	28.232	28.794
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	RS	-	262.420	262.420	134.660	-
Debêntures (7)	2013	IPCA	RS	-	182.188	182.188	161.824	-
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP+3,8	RS	-	247.502	247.502	79.649	-
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP+4,0	RS	-	68.656	68.656	28.913	-
BNDES (8)	2024	TJLP+2,50	RS	2.758	39.360	42.118	25.248	-
CEF (10)	2022	TJLP+3,50	RS	5.327	48.830	54.157	64.170	-
CEF (11)	2022	TJLP+3,50	RS	6.496	60.632	67.128	56.122	-
CEF (12)	2021	TJLP+3,50	RS	7.992	88.609	96.601	88.957	-
BNDES (13)	2018	TJLP	RS	277	1.646	1.923	277.180	-
BNDES (13)	2018	UMBND	RS	1.770	10.455	12.225	26.653	-
CEF(13)(16)	2016	117,5 do CD I*	RS	2.468	10.687	13.155	-	-
CEF(13)(16)	2016	0,059 **	RS	(84)	(168)	(252)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	CDI+1,30 *	RS	10.610	195.593	206.203	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,013 **	RS	(299)	(612)	(911)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	IPCA+7,91 *	RS	4.696	147.595	152.291	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,01 3**	RS	(226)	(461)	(687)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2017	106 do CDI *	RS	2.558	462.051	464.609	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2017	0,0069 **	RS	(475)	(1.965)	(2.440)	-	-
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI+0,90	RS	9.328	18.368	27.696	20.994	-
Sindicato Bancos (13)	2010	CDI+1,50	RS	-	-	-	180.472	-
BNDES(14)	2024	TJLP + 2,56	RS	5.452	67.016	72.468	-	-
BNDES(14)	2019	4,50	RS	1.335	10.385	11.720	-	-
Banco Pine (14)	2010	CDI+4,80	RS	-	-	-	15.272	-
Dívida referente a Moeda Nacional				1.017.571	6.614.390	7.631.961	6.806.271	2.584.749
Total Geral				1.020.139	6.615.631	7.635.770	6.819.294	2.740.911

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (15) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
- (16) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
- * Taxa contratual
 - ** Taxa efetiva do custo de transação

Contratos em Moeda Estrangeira

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da CEMIG GT, em 31 de dezembro de 2010:

Banco do Brasil S.A.

A CEMIG GT celebrou diversos instrumentos com o Banco do Brasil S.A., cujas descrições resumidas estão abaixo discriminadas:

- Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.337

Em outubro de 2005, celebrou o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.337, no valor de R\$ 35,7 milhões, utilizado no pagamento da dívida da companhia, tendo como garantia uma Nota Promissória, juntamente com o aval da CEMIG. Sobre o principal, incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a.. A amortização da dívida será efetuada em quatro parcelas anuais consecutivas, iniciando em outubro de 2010 e finalizando em outubro de 2013. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$27,3 milhões.

- Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393

Em outubro de 2006, emitiu as Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393, no valor de R\$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 500 milhões, utilizados para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada CCB será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 33,3 milhões, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada uma dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 102,0 milhões, totalizando R\$ 510,0 milhões.

- Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em outubro de 2006, emitiu as Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395, no valor de R\$ 35 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 280 milhões, utilizados para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada CCB será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 11,6 milhões, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada um dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 35,7 milhões, totalizando, aproximadamente, R\$ 285,6 milhões.

- Cédula de Crédito Bancário n° 330.800.392

Em outubro de 2006, emitiu a Cédula de Crédito Bancário n° 330.800.392, utilizados no valor de R\$ 120 milhões, para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização da CCB será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 122,4 milhões.

- Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo, no valor de R\$104,8 milhões, destinados à rolagem de dívida da companhia. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 50,56% do respectivo saldo devedor foi alocado na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em de novembro de 2009, quando foi aditivado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação alterados para 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o 2º aditivo a esse contrato, rolando a parcela vencida em 2010 por mais 2 anos, alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor 31 de dezembro de 2010 era de 53,8 milhões.

- Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em 3 parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro/2010, esse contrato foi aditivado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro/2012 e alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$155,7 milhões.

- Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em 3 parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CD. Em outubro/2010, esse contrato foi aditivado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro/2012 e alterando a taxa de juros de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$435,4 milhões.

- Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638

Em dezembro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638, no valor de R\$57,2 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em 3 parcelas anuais, com início em dezembro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro/2010, esse contrato foi aditivado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro/2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$57,3 milhões.

BRADESCO

Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante

Em outubro de 2005, a CEMIG GT celebrou com o Banco Bradesco S.A. o Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor total de R\$ 83,1 milhões, cuja garantia foi a emissão de nota promissória, garantida por aval da CEMIG. Sobre o saldo principal do contrato incidem juros à taxa 1,70% a.a., acrescida de 100% da taxa média do CDI, calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. O financiamento foi concedido com a finalidade de efetuar o pagamento de dívidas da CEMIG GT e será amortizado em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 63,6 milhões.

UNIBANCO

Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734

Em agosto de 2005, a CEMIG GT celebrou com o UNIBANCO o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734, com abertura de linha de crédito no valor de R\$ 925 milhões para rolagem de parte da dívida da companhia. Desse valor, foram utilizados R\$ 157,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em novembro de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% a.a. + 100% CDI o saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 122,0 milhões.

ELETOBRÁS

Instrumento Particular de Cessão e Direitos e Obrigações do Contrato Eletrobrás nº EFC – 1290/94

Em setembro de 1994, a CEMIG celebrou com a Eletrobrás o Contrato de Financiamento nº EFC – 1290/94, com abertura de linha de crédito no valor de R\$ 122,1 milhões, conforme aditado. Sob o principal do valor contratado incidem juros a uma taxa apurada anualmente correspondendo à média das taxas de juros das fontes que compuserem o FINEL. Em média, a taxa de juros paga no âmbito deste financiamento é de 6,5% a.a a título de juros e de 2% a.a a título de taxa de administração. O financiamento deverá ser pago em 180 parcelas, e, em vista do aditivo ao contrato, celebrado em julho de 1998, a carência foi alterada, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em 30 de dezembro de 1998 e o da última parcela previsto para novembro de 2013. Em decorrência de seu processo de Desverticalização, a CEMIG cedeu os direitos e obrigações desse contrato para a CEMIG GT. O referido financiamento foi concedido para o pagamento de parte dos custos incorridos no período

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

entre 1994 e 1997, com obras civis e montagem dos equipamentos da usina e das subestações da UHE Miranda. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 36,7 milhões.

BNDES

Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a CEMIG GT celebrou com o BNDES, tendo como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A., um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de 119,3 milhões.

Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02

Em outubro de 2005, a CEMIG GT emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A. (o “Itaú BBA”) a Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02 no valor de R\$ 81,8 milhões, sendo a CEMIG garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 100% da taxa média do CDI acrescidos da taxa de 1,70% ao ano. A CCB deverá ser paga em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O referido crédito foi concedido para o pagamento de dívidas da CEMIG GT anteriormente contraídas junto ao Itaú BBA e para o pagamento de debêntures da CEMIG GT. A CEMIG GT obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos “covenants” financeiros deste contrato até dezembro de 2010, conforme correspondência datada de 11 de setembro de 2009. O saldo devedor desse financiamento, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 62,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor da CEMIG GT, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$ 6,8 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a CEMIG GT figurava como parte em 31 de dezembro de 2009 (valores expressos em R\$ mil):

<i>Em 31 de dezembro de 2009</i>							
<i>FINANCIADORES</i>	<i>Vencimento Principal</i>	<i>Encargos Financeiros anuais (%)</i>	<i>Moedas</i>	<i>31/12/2009 Circulante</i>	<i>Não Circulante</i>	<i>Total</i>	<i>31/12/2008 Total</i>
MOEDA ESTRANGEIRA							
<i>Banco do Brasil S.A. (1)</i>	2009	3,9	JPY	-	-	-	100.160
<i>BNP Paribas</i>	2010	Libor + 1,875	US\$	5.877	-	5.877	23.825
<i>BNP Paribas</i>	2012	5,89	EURO	2.957	4.189	7.146	12.919
<i>UNIBANCO S.A. (2)</i>	2009	6,5	US\$	-	-	-	11.044
<i>UNIBANCO S.A. (3)</i>	2009	5	US\$	-	-	-	8.214
<i>Dívida referente a Moeda Estrangeira</i>				8.834	4.189	13.023	156.162
MOEDA NACIONAL							
<i>Banco Credit Suisse First Boston S.A.</i>	2010	106,00 do CDI	R\$	75.156	-	75.156	75.241
<i>Banco do Brasil S.A.</i>	2012	110,00 do CDI	R\$	21.701	41.762	63.463	63.784
<i>Banco do Brasil S.A.</i>	2012	110,00 do CDI	R\$	230.708	442.349	673.057	-
<i>Banco do Brasil S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	24.817	66.957	91.774	92.887
<i>Banco do Brasil S.A.</i>	2013	107,60 do CDI	R\$	1.900	30.000	31.900	32.761
<i>Banco do Brasil S.A.</i>	2014	104,10 do CDI	R\$	14.255	900.000	914.255	922.279
<i>Banco Itaú – BBA</i>	2014	CDI + 1,70	R\$	46.607	126.323	172.930	175.017
<i>Banco Votorantim S.A.</i>	2010	113,50 do CDI	R\$	25.157	-	25.157	25.173
<i>Banco Votorantim S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	862	2.326	3.188	3.229
<i>BNDES</i>	2026	TJLP+2,34	R\$	5.246	118.913	124.159	-
<i>Bradesco S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	36.875	102.288	139.163	140.388
<i>Bradesco S.A.</i>	2014	CDI + 1,70	R\$	456	1.365	1.821	2.079
<i>Bradesco S.A. (15)</i>	2010	113,00 do CDI	R\$	2.742.383	-	2.742.383	-
<i>Debêntures (4)</i>	2009	CDI + 1,20	R\$	-	-	-	357.472
<i>Debêntures (4)</i>	2011	104,00 do CDI	R\$	3.365-	238.816	242.181	243.950

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Debêntures – Governo do Estado de M.G. (4) (6)	2031	IGP-M	R\$	-	37.053	37.053	32.936
ELETOBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.323	35.942	48.265	60.799
Santander do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	8.185	22.286	30.471	30.828
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R\$	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	49.708	134.296	184.004	185.989
Energ Power (9)	2012	IPCA	R\$	218	655	873	-
FINEP (9)	2015	URTJ+5,00	R\$	37	7.904	7.941	-
ORTENG Equipamentos e Sistemas(9)	2012	IPCA	R\$	94	283	377	-
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA	R\$	301	901	1.202	-
UNIBANCO S.A (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	715	6.437	7.152	4.062
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	2.731	25.501	28.232	28.794
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	134.660	134.660	-
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	161.824	161.824	-
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP	R\$	-	108.562	108.562	-
BNDES (8)	2024	TJLP + 2,5	R\$	-	25.248	25.248	-
CEF S/A (10)	2022	TJLP+3,50	R\$	4.789	59.381	64.170	-
CEF S/A (11)	2022	TJLP+3,50	R\$	5.026	51.096	56.122	-
CEF S/A (12)	2022	TJLP+3,50	R\$	6.541	82.416	88.957	-
BNDES (13)	2018	TJLP	R\$	32.228	244.952	277.180	-
BNDES (13)	2018	UMBND	R\$	2.941	23.712	26.653	-
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI + 0,90	R\$	5.311	15.683	20.994	-
Sindicato Bancos (13)	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472	-
Banco Pine (14)	2010	CDI + 4,80	R\$	15.272	-	15.272	-
Dívida em Moeda Nacional				3.556.380	3.249.891	6.806.271	2.584.749
Total Geral Consolidado				3.565.214	3.254.080	6.819.294	2.740.911

Fonte: Companhia

(1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A

(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A

(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A

(13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE

(15) Nota Promissória da Companhia

Grau de Subordinação da Dívida.

Cerca de 53,81% da dívida da CEMIG GT contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 21,19% da dívida são garantidos por recebíveis da empresa e das subsidiárias.

Restrições impostas à CEMIG GT

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA e ABN (Santander), há covenants financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco ItaúBBA:

Ebitda/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patr.liq.+dívida):	menor ou igual a 53%
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 3,36

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Divida curto prazo/Ebitda:	menor ou igual a 90%
Investimento/Ebitda:	menor ou igual a 60%
<i>Banco ABN (Santander):</i>	
Ebitda/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 2,5

A CEMIG GT obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos “covenants” financeiros até dezembro de 2011, conforme correspondência datada de 23 de dezembro de 2010.

Há nos contratos financeiros da CEMIG GT cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela CEMIG GT requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

i. Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor da Cemig GT, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$7,64 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Cemig GT figurava como parte em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 (valores expressos em R\$ mil):

Consolidado								
2010							2009	01/01/2009
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	0	JPY	-	-	-	-	100.160
B.N.P. Paribas	2010	or+1,875	US\$	-	-	-	5.877	23.825
BNP Paribas	2012	9	EURO	2.568	1.241	3.809	7.146	12.919
UNIBANCO S.A. (2)	2009	0	US\$	-	-	-	-	11.044
UNIBANCO S.A. (3)	2009	0	US\$	-	-	-	-	8.214
Divida referente a Moeda Estrangeira				2.568	1.241	3.809	13.023	156.162
MOEDA NACIONAL								
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156	75.241
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	254.741	484.111	738.852	736.520	63.784
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	24.549	44.638	69.187	91.774	92.887
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.208	30.000	32.208	31.900	32.761
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	17.842	900.000	917.842	914.255	922.279
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	46.143	84.215	130.358	172.930	175.017
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	25.157	25.173
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	854	1.551	2.405	3.188	3.229
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.055	111.281	119.336	124.159	-
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	36.603	68.192	104.795	139.163	140.388
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	1	1.365	1.366	1.821	2.079
Bradesco S.A. (15)	2010	CDI	R\$	-	-	-	2.742.383	-
Debêntures (4)	2009	CDI+1,20	R\$	-	-	-	-	357.472
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	243.038	-	243.038	242.181	243.950

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	R\$	-	37.083	37.083	37.053	32.936
Debêntures(4)(16)	2015	IPCA+7,68 *	R\$	87.906	1.198.877	1.286.783	-	-
Debêntures(4)(16)	2015	0,042 **	R\$	(475)	(1.448)	(1.923)	-	-
Debêntures(4)(16)	2012	CDI+0,90 *	R\$	161.685	1.566.000	1.727.685	-	-
Debêntures(4)(16)	2012	0,1051 **	R\$	(1.643)	(68)	(1.711)	-	-
ELETROBRÁS	2013	Finel+7,50 a 8,50	R\$	12.591	24.133	36.724	48.265	60.799
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	8.112	14.857	22.969	30.471	30.828
UNIBANCO S.A	2009	CDI+2,98	R\$	-	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A	2013	CDI+1,70	R\$	49.431	89.531	138.962	184.004	185.989
Energ Power (9)	2012	IPCA	R\$	-	-	-	873	-
FINEP (9)	2015	TJLP+5,00	R\$	2.233	12.769	15.002	7.941	-
ORTENG Equipamentos e Sistemas (9)	2012	IPCA	R\$	-	-	-	377	-
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA	R\$	-	-	-	1.202	-
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	R\$	270	-	270	-	-
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	712	5.748	6.460	7.152	4.062
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	2.732	22.768	25.500	28.232	28.794
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	262.420	262.420	134.660	-
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	182.188	182.188	161.824	-
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP+3,8	R\$	-	247.502	247.502	79.649	-
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP+4,0	R\$	-	68.656	68.656	28.913	-
BNDES (8)	2024	TJLP+2,50	R\$	2.758	39.360	42.118	25.248	-
CEF (10)	2022	TJLP+3,50	R\$	5.327	48.830	54.157	64.170	-
CEF (11)	2022	TJLP+3,50	R\$	6.496	60.632	67.128	56.122	-
CEF (12)	2021	TJLP+3,50	R\$	7.992	88.609	96.601	88.957	-
BNDES (13)	2018	TJLP	R\$	277	1.646	1.923	277.180	-
BNDES (13)	2018	UMBND\$	R\$	1.770	10.455	12.225	26.653	-
CEF(13)(16)	2016	117,5 do CDI I*	R\$	2.468	10.687	13.155	-	-
CEF(13)(16)	2016	0,059 **	R\$	(84)	(168)	(252)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	CDI+1,30 *	R\$	10.610	195.593	206.203	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,013 **	R\$	(299)	(612)	(911)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	IPCA+7,91 *	R\$	4.696	147.595	152.291	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2015	0,01 3**	R\$	(226)	(461)	(687)	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2017	106 do CDI *	R\$	2.558	462.051	464.609	-	-
Debêntures(13)(4)(16)	2017	0,0069 **	R\$	(475)	(1.965)	(2.440)	-	-
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI+0,90	R\$	9.328	18.368	27.696	20.994	-
Sindicato Bancos (13)	2010	CDI+1,50	R\$	-	-	-	180.472	-
BNDES(14)	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.452	67.016	72.468	-	-
BNDES(14)	2019	4,50	R\$	1.335	10.385	11.720	-	-
Banco Pine (14)	2010	CDI+4,80	R\$	-	-	-	15.272	-
Dívida referente a Moeda Nacional				1.017.571	6.614.390	7.631.961	6.806.271	2.584.749
Total Geral				1.020.139	6.615.631	7.635.770	6.819.294	2.740.911

(1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

(13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE

(15) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia

(16) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

ii. Outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não se aplica

iii. Grau de Subordinação da Dívida

Não se aplica

iv. Restrições impostas à CEMIG

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em alguns contratos financeiros firmados pela Cemig GT com o Banco ItaúBBA, e ABN (Santander), há “covenants” financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2010. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidas no circulante em 2009 e reclassificadas para o não circulante em 2010.

As cláusulas restritivas de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas e controladas em conjunto foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Há nos contratos financeiros da Companhia, cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia são como segue:

Redução de 42,13% no caixa consolidado, R\$3.044 milhões em 2009 comparados com R\$1.762 milhões em 2010, decorrente substancialmente do programa de investimentos e pagamento de dividendos ocorridos em 2010 conforme maiores detalhes no fluxo de caixa da Companhia.

- Aumento de 41,24% nos ativos financeiros da concessão registrados no Longo Prazo, no montante de R\$914 milhões, em função da aquisição de participação adicional na Taesa (detalhes no item 10.2), com a consolidação dos ativos financeiros da controlada em conjunto.

- Redução em 2010 do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no curto prazo, R\$1.020 milhões em 2010 comparados a R\$4.620 milhões em 2009. No ano de 2009 a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos, sendo obtido o consentimento dos seus credores após a data de 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, em atendimento as novas normas contábeis, todos os empréstimos com cláusulas restritivas foram transferido em 2009 do curto para o longo prazo e reclassificados novamente para o longo prazo em 2010.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Leilões de Energia Elétrica

A Cemig GT promoveu no ano de 2010 um total 77 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 96.894 GWh e participou de um total de 55 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 70.799 GWh. Desta maneira a empresa comercializou um volume total de 167.693 GWh.

(Não auditado pelos auditores independentes)

Energia (GWh)	
Próprio – Curto Prazo	322
Próprio – Longo Prazo	96.572
Total Próprio	96.894
Terceiros – Curto Prazo	881
Terceiros – Longo Prazo	69.918
Total Terceiros	70.799
Total Geral	167.693

A estratégia de atuação da Cemig GT nos leilões de energia do Ambiente de Contratação Livre está embasada por premissas estabelecidas pela companhia, como uma curva de preços futuros aprovada e pelo Balanço Estrutural de Energia, o qual define a Caixa e Equivalentes de Caixa a ser direcionada para os agentes deste mercado.

Todas as operações são analisadas considerando as melhores práticas de governança corporativa e devem agregar valor aos resultados projetados, maximizando a receita e o lucro líquido além de minimizar a volatilidade do fluxo de caixa operacional.

Desempenho econômico financeiro consolidado

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, o resultado de 2009 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Lucro do Período

A Cemig GT apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$1.084 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.103 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 1,72%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010	2009	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.703	3.621	2,26
Receita de uso da rede – com impostos	883	667	32,38
Receita de Infraestrutura de transmissão – com impostos	152	89	70,79
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	175	33	430,30
Outras receitas operacionais	28	25	12,00
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.026)	(899)	14,13

10.2 - Resultado operacional e financeiro

3.915

3.536

10,72

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.703 milhões em 2010 em comparação a R\$3.621 milhões em 2009, representando um aumento de 2,26%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 13,80% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, compensada pela redução do preço médio por MWh em 2010. A receita, com consumidores livres, foi de R\$2.108 milhões em 2010 comparados a R\$1.765 milhões em 2009. A tarifa média de venda em 2010 foi de R\$112,75 na comparação com R\$107,48 em 2009, um aumento de 4,90%.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, reduziu em 3,41%, com uma redução na receita advinda dessa venda no montante de R\$214 milhões. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento da energia para clientes livres.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, a operação e manutenção à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Cemig, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A Receita de uso da rede foi de R\$883 milhões em 2010 na comparação com R\$667 milhões em 2009, um aumento de 32,38%. Este aumento deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa média de transmissão e da aquisição da Controlada Taesa no final de 2009, sendo a receita originada dessa controlada reconhecida integralmente no resultado de 2010 em comparação a apenas 2 meses de 2009.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.026 milhões comparados a R\$899 milhões em 2009, um aumento de 14,13%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$28 milhões em 2010 comparados a R\$25 milhões em 2009, representando um aumento de 12,00%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os gastos com CDE foram de R\$37 milhões em 2010 na comparação com R\$29 milhões em 2009, com aumento de 27,59% e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.935 milhões em 2010 na comparação com R\$1.723 milhões em 2009, representando um aumento de 12,30%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal em 2010 foi de R\$307 milhões em 2010 na comparação com R\$309 milhões em 2009, sem apresentar variação relevante. Deve ser destacada a redução de 10,68% no quadro de empregados da Companhia, que passou de 2.041 em 2009 para 1.823 em 2010. Essa redução foi obtida em função do Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia, que teve uma despesa relacionada a sua implementação de R\$41 milhões em 2009 contra R\$15 milhões no mesmo período de 2010 (ajuste da provisão de 2009).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$371 milhões em 2010 comparados a R\$149 milhões em 2009, representando um aumento de 148,99%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$149 milhões em 2010 na comparação com R\$151 milhões em 2009, sem apresentar variação expressiva. Os principais custos estão relacionados a meio ambiente, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e conservação, vigilância e limpeza de prédios.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$374 milhões em 2010 na comparação com R\$445 milhões em 2009, uma redução de 15,96%.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$82 milhões em 2010 na comparação com R\$52 milhões em 2009, um aumento de 57,69%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com arrendamento e aluguéis, seguros e taxa de fiscalização.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 2,24% em 2010 na comparação com 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	1.084	1.103	(1,72)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	382	433	(11,78)
+ Resultado Financeiro	513	277	85,20
+ Amortização e Depreciação	374	445	(15,96)
= LAJIDA	2.353	2.258	4,21
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	15	41	(63,41)
= LAJIDA AJUSTADO	2.368	2.299	3,00

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$277 milhões em 2009, um aumento de 85,20%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 62% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$243 milhões em 2010 na comparação com R\$150 milhões em 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados em 2010 na comparação com 2009 tendo em vista o maior volume de recursos disponíveis;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$358 milhões em 2009. Este aumento decorre do aumento do endividamento da Companhia no final de 2009, com a emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers), no montante de R\$2.700 milhões, liquidadas em março de 2010 através da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures no mesmo valor;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$67 milhões em 2010 na comparação com R\$5 milhões em 2009, decorrente da maior variação em 2010 dos índices inflacionários utilizados como indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia;
- receita líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$37 milhões em 2010 na comparação a uma despesa de R\$6 milhões em 2009. Este resultado decorre da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2010 o IGPM apresentou variação positiva de 11,32% e, no mesmo período do ano anterior, apresentou variação negativa de 2,58%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao lucro de R\$1.466 milhões, representando um percentual de 26,06%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$433 milhões em relação ao lucro de R\$1.536 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,19%.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram no exercício de 2010.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação acionária – Lightger S.A.

A Cemig Geração e Transmissão adquiriu da Light S.A, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico, controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Cemig GT pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 mil.

Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de Ações e Units, detidas pelos acionistas não controladores, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, com a aquisição de 86,17% destas ações, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001.851 mil (R\$15,57 por ação).

Foi apurado um ágio de R\$523.367 mil, correspondente à rentabilidade futura em função da exploração das concessões no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Taesa (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas não controladores não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

c. eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

As primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS foram em 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de n°s 15 a 43, das Interpretações Técnicas de n°s 1 a 16 e das orientações técnicas de n° de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

a) Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de transmissão de energia e de geração eólica, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de transmissão:

Na atividade de transmissão a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita anual permitida (RAP) durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização (para os casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como um Ativo Financeiro.

Os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Cemig GT, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto, são como segue:

Concessões de transmissão novas:

Para as novas concessões de transmissão, os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor justo, que inclui, para alguns contratos, margem de lucro.

Deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como um ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Também para as novas concessões foi registrada no ativo, durante o período da construção, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, ajustada pelo valor justo.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Concessões de transmissão antigas:

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia considera que em função do volume e idade dos ativos, não haveria condições de aplicar a ICPC.01 de forma retroativa. Dessa forma, com base na aprovação do seu Conselho de Administração em 28 de março de 2011, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente alocados como um ativo financeiro.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os impactos no patrimônio líquido em função da adoção do ICPC.01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados, sendo que para as concessões de transmissão antigas não ocorreu impacto, tendo em vista que foram utilizados na adoção os saldos contábeis originalmente registrados.

Aplicação na atividade de geração eólica:

A interpretação técnica ICPC.01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente depreciados durante o período de vigência da concessão.

Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.

Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, foram transferidos para o ativo intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

b) Pronunciamento CPC. 27 (IAS 16) e Interpretação Técnica ICPC.10 – Ativo Imobilizado

A Companhia fez uma avaliação do valor justo dos seus ativos de geração mais antigos registrados nas controladas e controladas em conjunto Cemig GT, Sá Carvalho, Rosal, Horizontes, Light e Cemig PCH, sendo contratada empresa especializada para avaliação dos ativos de geração e Light Energia e a definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que a Companhia adotou aquelas estimadas e definidas pela ANEEL.

Para os demais ativos de geração, a Companhia entende que os valores contábeis refletem basicamente o seu valor justo, não sendo feita nova avaliação dos ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

c) Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão - Outorgas onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Entretanto, a partir do exercício de 2010, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

O Ativo Intangível é amortizado a partir da entrada em operação da usina, sendo que a obrigação registrada a valor presente no passivo também é atualizada mensalmente com base nas premissas financeiras que foram utilizadas para registro inicial dessa obrigação.

d) Pronunciamento CPC.20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

Em função do pronunciamento mencionado, foram alterados os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a obras específicas.

Esse procedimento implica na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

e) Pronunciamento CPC.27 (IAS 16) e ICPC.01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009 a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, através de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$2.204.

f) Pronunciamento CPC.33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC.33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, determina que na adoção do Pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 ainda não reconhecidos e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$147.646 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 01 de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC.33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$111.550.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

g) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais – IASB desde 2005, através de consecutivas reuniões do IFRIC (Comitê de Interpretações de Normas Contábeis).

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, devido ao número expressivo de contribuições recebidas, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para o último trimestre de 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis.

h) Pronunciamento CPC 32 (IAS 12) – Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes. Apenas as ênfases abaixo:

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, é responsável por estabelecer e manter um Sistema de Controles Internos eficiente que assegure a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Esse Sistema contempla um conjunto de procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração utilizou os critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, para avaliar a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e concluiu que, em 31 de dezembro de 2010, o Sistema de Controles Internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências relevantes de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Cemig GT e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.020.133	2.692.783	1.122.252	995.924	716.508	184.708	903.462	7.635.770
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	17.033	15.986	10.301	10.919	11.574	12.268	118.792	196.873
CTSUL Termoeletrica I	-	-	-	-	-	829.880	46.320.813	47.150.693
CTSUL Termoeletrica II	-	-	-	-	-	62.689	3.499.054	3.561.743
Copel	-	-	427.710	366.343	382.887	400.587	416.949	1.994.476
UHE Santo Antônio	-	204.249	399.752	770.110	466.411	414.668	12.680.949	14.936.139
Compra de Energia - demais	616.154	550.682	373.616	447.667	457.526	478.248	6.265.491	9.189.384
Total	1.653.320	3.463.700	2.333.631	2.590.963	2.034.906	2.383.048	70.205.510	84.665.078

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- Despesas futuras com compra de energia
- Investimentos regulatórios

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

- i) **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
- ii) **fontes de financiamento dos investimentos**
- iii) **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Os investimentos realizados pela CEMIG GT são necessários, não só para melhoria da eficiência de seu sistema de geração e transmissão, de forma a evitar os riscos de cortes de energia, sobrecargas do sistema e exaustão dos equipamentos, como também para atender a novos consumidores, eliminar passivos ambientais e atender eventuais exigências da ANEEL.

Nos próximos 2 anos*, a CEMIG GT planeja investir cerca de R\$408 milhões em suas atividades. Tais investimentos são os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa:

Valores em R\$ milhões			
Anos	Geração	Transmissão	Total
2011	165	72	237
2012	84	87	171
2013	ND*	ND*	ND*
Total	249	159	408

* A empresa ainda não concluiu o seu programa de investimentos para 2013.

A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG GT. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação. A Empresa espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, bem como da emissão de títulos e valores mobiliários ou de empréstimos bancários para rolagem de dívida.

Os investimentos em crescimento da geração e da transmissão deverão ser financiados pelas mesmas alternativas citadas acima, merecendo destaque o investimento pendente em 2010, relativo à conclusão da aquisição da Terna Participações S.A., por meio da realização de uma Oferta Pública de Ações, em que, caso a adesão seja total, a CEMIG GT deverá aportar em sua subsidiária, para a realização da OPA, o valor de R\$956,8 milhões, sendo que os recursos necessários para esse aporte já foram viabilizados pela 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A companhia não possui nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

10.10 - Plano de negócios

A empresa conta com inúmeras parcerias com instituições de pesquisa, a fim de permitir que a Empresa tenha participação ativa no processo de desenvolvimento de tecnologia no campo da sua área de atividade – geração e transmissão de energia.

Por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Cemig, são geradas novas metodologias, processos, softwares, materiais, dispositivos e equipamentos voltados para melhorias do sistema elétrico e do processo operativo, além do aumento da segurança pessoal e patrimonial.

Anualmente são divulgadas as demandas da Empresa para a captação de propostas que serão avaliadas pelo corpo técnico da Cemig através dos chamados Fóruns Tecnológicos. Essas propostas são transformadas em projetos desenvolvidos por meio de uma extensa rede de parceiros, gerando desde protótipos de tecnologias de ponta até o licenciamento de produtos com potencial mercadológico.

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Abaixo são mostrados os valores investidos e previstos em P&D para 2009,2010, 2011 e 2012:

Valores realizados até 31/12/2010 - em R\$ milhões

Empresas	2009	2010	Total
<i>Cemig Geração e Transmissão</i>	<i>4.222,0</i>	<i>6.618,7</i>	<i>10.840,70</i>

Valores previstos até o final de 2012 - R\$ milhões

Empresas	2011	2012	Total
<i>Cemig Geração e Transmissão</i>	<i>22.000,0</i>	<i>20.000,0</i>	<i>42.000,0</i>

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

Dentre os projetos de P&D da carteira de 2010, podemos destacar:

1 - GT358 - Tecnologias integradas de transporte de gás de carbonização de biomassa e beneficiamento de subprodutos para co-geração de energia elétrica com micro-turbinas.

Ano 1 = 3.100.000,00 Total = 8.655.079,94

Fonte: Revista P&D 2010, XML enviado à ANEEL e Termo de abertura de projeto

2 - GT343 - Controle do Mexilhão Dourado:Bioengenharia e Novos Materiais para Aplicações em Ecossistemas e Usinas Hidrelétricas.

Desembolso Ano 1 = 2.211.847,48 Total = 6.441.450,03

Fonte: Termo de abertura de projeto

3 - GT402 - Aplicação de métodos quimiométricos multivariados no gerenciamento de bacias hidrográficas.

Desembolso Ano 1 = 650.963,07 Total = 1.418.557,87

Fonte: Convênio

Outros projetos

Além desses, A Cemig tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem

10.10 - Plano de negócios

investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Biomassa

No setor elétrico, a biomassa torna-se uma alternativa promissora, se destacando a co-geração no setor sucroalcooleiro e na siderurgia a carvão vegetal. Além incentivar a cogeração nesses segmentos, a Cemig pesquisa e desenvolve outros projetos de P&D tais como produção de biogás de aterros sanitários, biodigestores de resíduos da atividade pecuária, utilização de óleos vegetais e álcool em sistemas destinados à geração de energia e micro-turbina utilizando serragem.

Biodiesel

A Cemig fomenta o desenvolvimento de tecnologias para produção e uso de biodiesel por meio de projetos de pesquisa e parcerias com outros órgãos do Estado. Dessa forma, construiu o Laboratório de Bicompostíveis, em parceria com o CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel.

Energia Solar

A primeira grande usina solar do Brasil está em fase de negociação e devem ser investidos quase 50 milhões nos próximos anos.

Além disso, a Cemig deve investir quase 10 milhões em uma planta piloto para fabricação de células solares com tecnologia 100% nacional.

Ressalta-se, ainda, a cooperação entre a Cemig e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) para estudar a viabilidade de conversão do Estádio Mineirão do Ginásio Mineirinho, em uma edificação suprida por energia proveniente de painéis fotovoltaicos. Dessa forma é dada uma contribuição da Empresa para uma Copa do Mundo sustentável.

Energia Eólica

Em 2010 foi desenvolvido um protótipo de um gerador eólico de 10kW adaptado às condições de vento do estado de Minas Gerais.

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos estão contemplados no item ii.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores do exercício de 2010 que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA (Guidance) garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações contidas nesta apresentação são “projeções” contidas no conceito da Lei de Valores Mobiliários Americanos e estão sujeitas a riscos e incertezas. “Projeções” são previsões que podem diferir dos números definitivos e não estão sobre nosso controle. Para uma discussão dos riscos e incertezas, favor recorrer ao nosso formulário 20F, e, em particular, ao item 3 onde estão contidas “Informações Básicas – Fatores de Risco” e nos itens 4 e 5 deste formulário. Todos os valores estão coerentes com o BRGAAP.

Principais Premissas

- Planejamento das empresas existentes, sem novas aquisições ou participações em leilões.
- As projeções não ainda não refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pela consultoria especializada “MCM Consultores”, focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores livres.
- Expectativa de preços de venda futuros para contratos firmados com consumidores livres.
- Estratégias de comercialização.
- Evolução da receita de Transmissão.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória (negócio Transmissão) e melhores práticas de mercado (negócio Geração).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Resultados projetados para as demais empresas da Corporação (Participações) ligadas à Cemig Geração e Transmissão.

Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão¹

ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG GT INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE
2007

ORIGINAL	REALIZADO						
	2007		2008		2007		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT	1.542	1.611	1.636	1.724	1.671	8,4%	3,7%

GUIDANCE
2008

ORIGINAL	REALIZADO						
	2008		2009		2008		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT	1.745	1.885	1.760	1.900	1.922	10,2%	2,0%

GUIDANCE
2009

ORIGINAL	REALIZADO						
	2009		2010		2009		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT	2.267	2.501	2.143	2.313	2.362	4,2%	-5,5%

GUIDANCE
2010

ORIGINAL	REALIZADO						
	2010		2011		2010		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.182	2.666	2.479	3.030			

Termo de Renúncia:

Algumas declarações constantes nesta apresentação são “projeções” contidas no conceito da Lei de Valores Mobiliários Americanos e estão sujeitas a riscos e incertezas. “Projeções” são previsões que podem diferir dos números definitivos e não estão sob nosso controle. Para uma discussão dos riscos e incertezas tal como eles se relacionam a nós, favor recorrer ao nosso formulário 20F de 2008 e, em particular, ao item 3 onde estão contidas “Informações Básicas – Fatores de Risco”.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Corporação apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2007

Os resultados verificados para a Cemig Geração e Transmissão apresentou resultados positivos superiores ao limite máximo esperado da faixa de LAJIDA.

Guidance 2008

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2008 na Cemig GT são:

Aumento do mercado de consumidores industriais em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3º trimestre de 2008;

Ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia.

Guidance 2009

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2009 são:

Dificuldades regulatórias

- Redução da receita de transmissão - R\$ 40 MM
- Menor do que a da audiência pública.
- Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)
- Programa de Desligamento Voluntário – PDV
- Aquisição da Terna (100,0% para 61,4%) – R\$ 60 MM.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2010-2014 foi divulgado no XV Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte, em 31 de maio de 2010. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social;
- deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- convocar a Assembléia Geral;
- fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;
- aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;
- anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições no Estatuto Social, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;
- aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;
- aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e,
- autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação e do Estatuto Social.

Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Anualmente, o Conselho de Administração fará a avaliação de seu desempenho, visando aprimorar suas funções, devendo a metodologia adotada ser previamente aprovada pelos Conselheiros e compor o processo geral de avaliação dos procedimentos e controles internos.

DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar.

O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessários à apuração de fatos específicos.

DOS COMITÊS

Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por membros, efetivos e suplentes, do Conselho de Administração para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e, se necessário, pareceres ao Conselho.

Data da instalação dos comitês: 30-08-2006.

a) Comitê de Apoio ao Conselho – avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões;

b) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

c) Comitê de Recursos Humanos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

d) Comitê de Estratégia – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações e a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do Plano Diretor, o acompanhamento do Planejamento Estratégico e do Orçamento Anual, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Empresa no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

e) Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, covenants/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa;

f) Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios e a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, pay back, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Cada Comitê deverá:

- ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições e de sua Razão de Ser;
- ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornado-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais;
- atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social.

Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;
- examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;
- deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea “o” do inciso IV do artigo 17 do Estatuto Social;
- aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

- autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações;
- aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea ‘h’ do inciso I do artigo 17 do Estatuto Social;
- autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembléia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado;
- examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observado o disposto no artigo 12, alínea “j”, e artigo 16, § 4º, alínea “h” do Estatuto Social.

A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor- Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea “c” do inciso I, do artigo 17 do Estatuto Social, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Atribuição dos membros da diretoria

Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;
- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- g) conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;
- h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Do Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- b) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;
- e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;
- g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

Do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações:

- a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia
- c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas;
- d) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;
- h) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;
- i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;
- j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;
- k) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;
- l) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- m) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
- n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

o) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

Do Diretor de Gestão Empresarial:

a) prover pessoal adequado à Companhia;

b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;

c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;

h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;

i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;

j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

k) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;

l) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;

m) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

n) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;

o) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);

p) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

r) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

Do Diretor de Geração e Transmissão:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;

b) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- c) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- d) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- e) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- f) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- g) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abragee e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;
- h) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- i) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;
- j) propor e implementar as medidas que visem assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- k) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;
- l) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- m) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- n) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;
- o) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Do Diretor Comercial:

- a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia;
- c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- d) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- e) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- f) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- g) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- h) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- i) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, dos créditos de carbono da Companhia;
- k) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;
- c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;
- d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;
- e) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
- f) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- g) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;
- h) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
- i) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;
- k) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País.
 - l) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);
 - m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
 - n) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
 - o) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
 - p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;
 - q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;
 - r) representar a Companhia, nos termos do § 3º do artigo 11 deste Estatuto, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;
 - s) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais

Diretorias da Companhia.

Do Diretor sem designação específica:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Do Diretor de Gás:

- a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;
- b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;
- c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;
- d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;
- e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;
- f) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;
- g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;
- h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

Do Diretor Jurídico:

- a) coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;
- b) apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;
- c) gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

- a) coordenar a representação das subsidiárias integrais da Companhia, junto às agências reguladoras, em todas as questões institucionais associadas ao setor energético;
- b) coordenar o relacionamento das subsidiárias integrais da Companhia com as instituições e agentes do setor energético, as concessionárias e as associações setoriais;
- c) coordenar o processo envolvendo as notificações das agências reguladoras, em conjunto com as Diretorias envolvidas;
- d) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a elaboração da Política Institucional das subsidiárias integrais da Companhia;
- e) coordenar o acompanhamento das proposições de atos regulatórios divulgados através de audiências ou consultas públicas das agências reguladoras e Ministério das Minas e Energia e a manifestação da Empresa juntamente com as Diretorias envolvidas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- f) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- g) coordenar a elaboração da Política de Comunicação Empresarial das subsidiárias integrais da Companhia;
- h) coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das subsidiárias integrais da Companhia;
- i) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas;
- j) coordenar o planejamento, controle e divulgação das informações institucionais e administrativas da Companhia.

As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente nem a necessidade de observância das disposições previstas no Estatuto Social no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas aos Diretores não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no Estatuto Social no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso.

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no Estatuto Social, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no Estatuto Social.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

O limite financeiro estabelecido na alínea “o” do inciso IV do artigo 17 do Estatuto Social será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.”.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Item Opcional

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Item Opcional

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O mesmo que a Diretoria (a)

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Item Opcional

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	16/04/2011
		O Tempo (Belo Horizonte) - MG	16/04/2011
		Valor Econômico - SP	19/04/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	30/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
		O Tempo (Belo Horizonte) - MG	30/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
		Valor Econômico - SP	30/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	30/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
		O Tempo (Belo Horizonte) - MG	30/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
Valor Econômico - SP		30/03/2011	
		31/03/2011	
		01/04/2011	
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	O Tempo (Belo Horizonte) - MG	20/04/2010
			20/04/2010
		Valor Econômico - MG	20/04/2010
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	26/03/2010
			27/03/2010
			30/03/2010
		O Tempo (Belo Horizonte) - MG	26/03/2010
			27/03/2010
			29/03/2010
		Valor Econômico - MG	26/03/2010
			29/03/2010
			30/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	31/03/2010
			01/04/2010
			06/04/2010
		O Tempo (Belo Horizonte) - MG	31/03/2010
			01/04/2010
			05/04/2010

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas		
31/12/2009	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - MG	31/03/2010		
			01/04/2010		
			05/04/2010		
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	02/06/2010		
			O Tempo (Belo Horizonte) - MG	02/06/2010	
Valor Econômico - MG			02/06/2010		
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	16/04/2009		
			Gazeta Mercantil - MG	16/04/2009	
			O Tempo (Belo Horizonte) - MG	16/04/2009	
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	20/03/2009		
			21/03/2009		
			24/03/2009		
			Gazeta Mercantil - MG	20/03/2009	
			23/03/2009		
			24/03/2009		
		O Tempo (Belo Horizonte) - MG	20/03/2009		
			21/03/2009		
			22/03/2009		
			Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	21/03/2009
					24/03/2009
				Gazeta Mercantil - MG	20/03/2009
	23/03/2009				
	24/03/2009				
	O Tempo (Belo Horizonte) - MG	20/03/2009			
		21/03/2009			
		22/03/2009			
		Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	20/05/2009	
O Tempo (Belo Horizonte) - MG	20/05/2009				
Valor Econômico - MG	20/05/2009				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Arlindo Porto Neto	65	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até AGO de 2013.
007.940.236-49	Administrador	Diretor Vice-Presidente	05/05/2010	Sim
Não				
Frederico Pacheco de Medeiros	41	Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 30/04/2013
666.838.586-91	Advogado	Diretor de Gestão Empresarial	20/01/2011	Sim
Não				
José Raimundo Dias Fonseca	52	Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	Diretor Comercial	20/01/2011	Sim
Não				
Luiz Fernando Rolla	62	Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/01/2011	Sim
Não				
Luiz Henrique de Castro Carvalho	53	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até AGO de 2013
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	Diretor de Geração e Transmissão	05/05/2010	Sim
Não				
Luiz Henrique Michalick	59	Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013
177.342.826-87	Jornalista	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação	20/01/2011	Sim
Não				
Maria Celeste Moraes Guimarães	61	Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013
374.076.436-87	Contadora	Diretora Jurídica	03/01/2011	Sim
Não				
José Carlos de Mattos	65	Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013
070.853.896-72	Professor	Diretor	20/01/2011	Sim
Não				
Fuad Jorge Noman Filho	63	Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013
009.880.816-87	Economista	Diretor de Gás	03/01/2011	Sim
Não				
Adriano Magalhães Chaves	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Antonio Adriano Silva	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
056.346.956-00	Administrador e publicitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Cezar Manoel de Medeiros	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
006.688.346-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Eduardo Borges de Andrade	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Francelino Pereira dos Santos	88	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
000.115.841-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Franklin Moreira Gonçalves	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Empregado.				
Guilherme Horta Gonçalves Junior	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Guy Maria Villela Pachoal	77	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
João Camilo Penna	84	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
000.976.836-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Lauro Sérgio Vasconcelos David	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
603.695.316-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Empregado				
Maria Estela Kubitschek Lopes	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
092.504.987-56	Arquiteta	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Newton Brandão Ferraz Ramos	41	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Otávio Marques de Azevedo	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
269.960.226-49	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Renato Torres de Faria	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
502.153.966-34	Engenheiro de Minas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Ricardo Antônio Mello Castanheira	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
130.218.186-68	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não				
Ricardo Coutinho de Sena	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Saulo Alves Pereira Junior	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Tarcísio Augusto Carneiro	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não				
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/05/2011	Sim
Não				
Luiz Carlos Costeira Urquiza	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013
591.838.457-04	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim
Não				
Leonardo Maurício Colombini Lima	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013
065.276.716-87	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim
Não ocupa outro cargo.				
Djalma Bastos Morais	73	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	12/05/2011	Sim
Diretor Presidente				
Fernando Henrique Schuffner Neto	50	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013.
320.008.396-49	Engenheiro	Diretor de Desenvolvimento de Negócios	12/05/2011	Sim
Diretor				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato
			Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado			
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Aliomar Silva Lima	56	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Ari Barcelos da Silva	68	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012.	
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	65	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
026.939.257-20	Jornalista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Helton da Silva Soares	33	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Luiz Guaritá Neto	55	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012.	
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	69	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
001.909.696-87	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Newton de Moura	69	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
010.559.846-15	Bancário e Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Rafael Cardoso Cordeiro	29	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
037.496.966-32	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Thales de Souza Ramos Filho	70	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	
Não					
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	65	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

004.826.419-91

Advogado

43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador

29/04/2011

Sim

Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

O Sr. Porto Neto nasceu em 27/03/1945. Formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

O Sr. Medeiros nasceu em 1969. Formou-se em direito pela UFMG em 1992. Foi Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça de MG de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Ajunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

O Sr. Dias Fonseca nasceu em 1958. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo concluído o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPA/EFEL (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), o curso de Pós-graduação em "Gestão Estratégica de Negócios" pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em "Management of Electric Power Utilities" em Estocolmo - Suécia. Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais. Foi Conselheiro Fiscal da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Vice-Presidente da ABRACEEL - Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica. Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974.

Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e "project finance".

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006). Atualmente é Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas: qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

O Sr. Castro nasceu em 07/07/1957. Gradou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em julho/1982. É pós graduado pela mesma instituição em Análise de Sistemas ênfase em Suporte Mainframe tendo concluído o curso em julho/1983. Em fevereiro de 2000 concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de outubro/1983 a março/1984.

Iniciou sua carreira na CEMIG como Analista de Suporte no Grupo "Software e Apoio" março/1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Depto. de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMG, Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG e Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG.

Além das suas atribuições na CEMIG possui é Diretor da HORIZONTES ENERGIA S/A., Membro do Conselho de Administração da CENTRAL TERMELÉTRICA DE COGERAÇÃO S/A e Membro suplente do Conselho de Administração da CENTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA - CGET e CENTRAL HIDRELÉTRICA PAI JOAQUIM S/A.

Dentre outras funções exerceu os cargos de Diretor Administrativo do CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS DA CEMIG – CLIC no período de abril de 1999 a abril de 2003, Diretor de Ação Social na SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE MG - SUCESU – MG de 2000 a 2002, Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERGERENCIAL DA CEMIG – AIC de julho de 2005 a julho de 2007.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas: qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

O Sr. Michalick nasceu em 1951. É formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas entre 1986 e 1987. Foi Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011. Desde 2006, integra como representante da Cemig e fundador da plataforma de empresas do Reputation Institute no Brasil. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas: qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Moraes Guimarães - 374.076.436-87

A Sra. Guimarães nasceu em 1949. É formada em ciências contábeis e administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo concluído o curso de especialização em Direito Comercial, mestrado e doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas: qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

O Sr. Mattos nasceu em 1946. É professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período (1992-1994), ocupou a diretoria do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo nesse mesmo período. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e entre 2003 a 2005 atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVI/MINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente da GASMIG – Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais, entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Cemig entre 2009 e 2010. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fuad Jorge Noman Filho - 009.880.816-87

Fuad Jorge Noman Filho é bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) e pós-graduado em Programação Econômica e Execução Orçamentária pela Universidade de Brasília (UnB). Iniciou sua carreira profissional como funcionário de carreira do Banco Central. Também foi secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Fuad Noman também foi secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República e consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde. Foi presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada (Anapp) e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste.

Em 2002, Fuad Noman foi eleito líder empresarial do ano no Setor de Previdência pelo Fórum Nacional de Líderes. Já em 2003, assumiu a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, onde conquistou o prêmio Desempenho Governamental, em 2004, pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças (Ibef). Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas - até 06/2010, Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig desde 03-01-2011, Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde 03-01-2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

•Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACMINAS, membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Trabalha na CEMIG Distribuição S/A desde 1988 onde ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual. Atualmente é Diretor do Sindieleto, membro do Conselho do Prosaude e membro do Comitê da PCR – Plano de Cargos e Remuneração da Garantidora. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Cia Vale do Rio Doce - Membro do Comitê de Planejamento Estratégico (2003/05);

Acesita - Membro do Conselho de Administração (2003/05);

Acelor – Membro do Conselho de Administração (2006/08);

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

/ Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Técnico de Operação Sistema Elétrico e membro suplente do Conselho de Administração. Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 28 anos alcançando a Presidência da Companhia.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Atuo como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi – nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Na Coopers and Lybrand estive na presidência do Comitê de supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo "Minas Gerais no século XXI" de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da Assembleia da "Economia e Energia – E&E", Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Como trajetória profissional na CEMIG, foi Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005). Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

- Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;
- Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);
- Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);
- Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);
- Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);
- Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração
- Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005) e Presidente do Clube (desde abril/2005).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações.

•É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Inez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro).

•Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000.

•Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural.

•Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social. Membro do Conselho de Administração da, Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton Brandão Ferraz Ramos - 813.975.696-20

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Desenvolvimento Mineral e Metalúrgico do Estado de Minas Gerais
Especialista em recursos Minerais no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado de Minas Gerais
Gerente Geral da Vale S.A.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Há 5 anos atuando com executivo, sendo nos 3 primeiros como executivo da Construtora Andrade Gutierrez S/A durante e há 2 anos como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

- . Diretor de Gestão Empresarial da CEMIG, Cemig D e Cemig GT desde janeiro de 2007;
- . Diretor da CEMIG Capim Branco Energia S.A.;
- . Diretor Técnico da Central Termelétrica de Cogeração S.A.;
- . Diretor-Presidente de Sá Carvalho S.A.;
- . Diretor Vice-Presidente de Rosal Energia S.A.;
- . Diretor Administrativo de CEMIG Serviços S.A.;
- . Diretor Técnico da CEMIG Telecom S.A. (ex-Empresa de Infovias S.A.);
- . Conselheiro Vice-Presidente da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.;
- . Conselheiro da CEMIG, desde 2003, até o presente momento;
- . Conselheiro da Cemig D e Cemig GT
- . Conselheiro da TAESA, 2009-2010;
- . Conselheiro da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

A Sra. Werneck nasceu em 1948. É formada em Economia, tendo concluído com curso de Mestrado na Escola de Pós Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), o M.A. e o Curso de Doutorado pela Boston College USA. Foi Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo (1995-1996) e Ministra do Trabalho (1989-1990). Foi Gerente Especial da APEX (1999-2002), Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (1992), Secretária Nacional de Economia (1991-1992), Secretária de Planejamento Econômico Social (1988-1989), Secretária de Emprego e Salários (1985-1988) e Técnica do IPEA (1975-2003). Nos anos 1993-94 e 1998-99 foi diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, além de membro dos Conselhos da FUNCEX e da AEB (1999-2005). Foi, ainda, Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (1983-1984) e Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1978-1980). Atualmente ocupa o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

O Sr. Urquiza nasceu em 1962. É formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo concluído o MBA pela COPPEAD – Rio de Janeiro e o PGA pela Fundação Dom Cabral / INSEAD. Foi Chefe da base de Caxias pela Shell Brasil S.A. entre 1984 e 1989. Trabalhou no Banco Nacional S.A. entre 1989 e 1994, onde ocupou os cargos de Gerente, Superintendente e Diretor de Produtos. Entre 1994 e 1995 ocupou o cargo de Diretor do Unibanco 30 horas pelo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A. Entre 1995 e 2000 trabalhou na Quatro/A, onde ocupou os cargos de Conselheiro e Diretor Superintendente. Entre 2000 e 2004 foi sócio e diretor presidente do Banco 1.Net, primeiro banco virtual do Brasil. Desde 2009 é membro dos Conselhos de Administração da Light e da Light SESA. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

O Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima nasceu em 05/04/1946, é brasileiro, casado, formado em ciências contábeis pela Universidade Professor Antônio Carlos, Barbacena, com Especialização em Administração Financeira e Economia pela UNA, Belo Horizonte, e Especialização em Auditoria, Administração, Economia e Finanças pela USP, São Paulo. No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda, fazendo também parte dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, e da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais. No Governo Federal foi Assessor Especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República. Servidor de carreira do Banco Central do Brasil exerceu, dentre outros cargos, o de Auditor-Chefe de Divisão, Chefe Adjunto do Departamento de Administração Financeira, Delegado Adjunto e Delegado Regional do Banco Central em Minas Gerais.

Foi ainda presidente do Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência.

Na iniciativa privada foi consultor nas áreas financeira, administrativa e contábil de diversas empresas de Brasília e de Minas Gerais, como a Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcelor-Mittal, onde foi membro do Conselho Administrativo durante 07 anos, e também em empresas de Goiás e Distrito Federal.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Ministério de Estado das Comunicações
 Interino – de 23-12-1993 a jan/1994
 Efetivo – de jan/94 a jan/95
 Petrobrás Distribuidora S.A.
 Vice- Presidente – de 1995 a 98
 GASMIG
 Presidente do Conselho de Administração – desde 29-01-99
 Diretor Presidente – de 29-01-99 a 15-12-2004
 Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais
 Diretor-Presidente – desde 14-01-99
 Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99
 Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.
 Diretor-Presidente – desde 08-09-2004
 Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004
 Light S.A.
 Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006
 Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA
 Membro do Conselho de Administração – de 04-11-2009 a 28-12-2009
 Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
 Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009
 Petrobrás Distribuidora S.A.
 Vice- Presidente – de 1995 a 98
 Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais.
 Diretor-Presidente – desde 14-01-99
 Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99
 Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.
 Diretor-Presidente – desde 08-09-2004
 Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004
 Light S.A.
 Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006
 Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
 Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

- Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig: Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição e Superintendente de Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos: 04/1985 até 01/2007; Diretor de Distribuição e Comercialização: desde 01/2007; Membro Suplente do Conselho de Administração: de 2002 a 2004 e desde 01/2007.

- Cemig Distribuição S.A.: Diretor de Distribuição e Comercialização e Membro Suplente do Conselho de Administração: desde 01/2007.

- Cemig Geração e Transmissão S.A.: Diretor e Membro Suplente do Conselho de Administração: desde 01/2007.

- Cemig Telecomunicações S.A.: Membro efetivo do Conselho de Administração, desde 08/2005

- Companhia de Gás de Minas Gerais-Gasmig: Membro do Conselho de Administração, desde 02/2007.

- Sociedade Mineira de Engenheiros: Membro do Conselho Deliberativo: desde março/2005

- Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – CLIC: Presidente, de abril/2002 a abril/2005.

- Light S.A.: Membro do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela UFPR e mercado de capitais pelo IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da PUCMINAS e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecon.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL.

É membro do Conselho Fiscal da Light S.A., Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Membro do Conselho Fiscal da Ligth S.A.

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Diretor – RCG Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Diretor – Jaguará Shoppings

Diretor – 7 Estrelas Agropecuária

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. . É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton de Moura - 010.559.846-15

Foi diretor vice presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda. (Juiz de Fora – MG)

Sócio – Zenite empreendimentos

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. (2006).

/ Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/ O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê		Cargo ocupado	Profissão		Data eleição	Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados		Idade	Data posse		
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		27/01/2011	Até AGO de 2012	
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração		42		27/01/2011		
Não							
Antonio Adriano Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador		27/01/2011	Até AGO de 2012	
056.346.956-00	Comitê de Recursos Humanos		66		27/01/2011		
Não							
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista		04/08/2010	Até AGO de 2012	
006.688.346-68	Comitê Finanças, Auditoria e Risco/Comitê de Estratégia/Comitê de Apoio ao Conselho de Administração		70		04/08/2010		
Não							
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012	
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade		73		04/08/2010		
Diretor Presidente							
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês	Outros	Economista		27/01/2011	Até AGO de 2012	
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Coordenadora	62		27/01/2011		
Não							
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		27/01/2011	Até AGO de 2012	
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade		72		27/01/2011		
Não							
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012	
320.008.396-49	Comitê de Estratégia		50		04/08/2010		
Diretor							

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê		Cargo ocupado	Profissão		Data eleição	Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados		Idade	Data posse		
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês	Outros	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012	
320.008.396-49	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Coordenador	50		04/08/2010		
Diretor							
Francelino Pereira dos Santos	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado		04/08/2010	Até AGO de 2012	
000.115.841-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade		88		04/08/2010		
Não							
Franklin Moreira Gonçalves	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Tecnólogo em processamento de dados		04/08/2010	Até AGO de 2012	
754.988.556-72	Comitês de Apoio Conselho de Administração/Comitê de Gov Corporativa e Sustentabilidade		39		04/08/2010		
Empregado							
Guy Maria Villela Pachoal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012	
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas		77		04/08/2010		
Não							
João Camilo Penna	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012	
000.976.836-04	Comitê de Recursos Humanos		84		04/08/2010		
Não							
João Camilo Penna	Outros Comitês	Outros	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012	
000.976.836-04	Comitê de Estratégia	Coordenador	84		04/08/2010		
Não							
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador		04/08/2010	Até AGO de 2012	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê		Cargo ocupado	Profissão		Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados		Idade	Data eleição	
CPF	Outros cargos/funções exercidas no emissor		Data posse			
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos/Comitê Desenv Negócios e Controle Emp Controladas e Coligadas			42	04/08/2010	
Empregado						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês	Outros	Administrador	42	04/08/2010	Até AGO de 2012
603.695.316-04	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Coordenador			04/08/2010	
Empregado						
Luiz Carlos Costeira Urquiza	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	48	27/01/2011	Até AGO de 2012
591.838.457-04	Comitê de Estratégia/Comitê Desenv Negócios e Controle Empresarial Controladas e Coligadas				27/01/2011	
Não						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	55	04/08/2010	Até AGO de 2012
292.581.976-15	Comitês de Apoio ao Conselho de Administração				04/08/2010	
Não						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	55	04/08/2010	Até AGO de 2012
292.581.976-15	Comitê de Recursos Humanos / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Coordenador			04/08/2010	
Não						
Newton Brandão Ferraz Ramos	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	41	04/08/2010	Até AGO de 2012
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos				04/08/2010	
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	51	04/08/2010	Até AGO de 2012
400.540.200-34	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos				04/08/2010	
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro		04/08/2010	Até AGO de 2012

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão		Prazo mandato	
			Descrição outros comitês	Idade		Data eleição
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
400.540.200-34	Comitê Recursos Humanos / Comitê Estratégia / Comitê Finanças, Auditoria e Riscos			48	04/08/2010	
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)		Engenheiro	Até AGO de 2012	
400.540.200-34	Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas			48	04/08/2010	
Não						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)		Engenheiro	Até AGO de 2012	
428.576.006-15	Comitê Apoio Conselho Adm/Comitê Recursos Humanos/Comitê Finanças, Auditoria e Riscos			49	04/08/2010	
Não						
Renato Torres de Faria	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)		Engenheiro	Até AGO de 2012	
502.153.966-34	Comitê de Estratégia			48	04/08/2010	
Não						
Ricardo Antônio Mello Castanheira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)		Engenheiro	Até AGO de 2012	
130.218.186-68	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade / Comitê de Recursos Humanos			55	04/08/2010	
Não						
Ricardo Coutinho de Sena	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)		Engenheiro	Até AGO de 2012	
090.927.496-72	Comitê Gov Corporativa e Sustentabilidade/Comitê Desenv Negócios e Contr Empr Controladas e Coligada			62	04/08/2010	
Não						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)		Engenheiro	Até AGO de 2012	
787.495.906-00	Comitê Apoio Cons Adm/Comitê Estratégia/Comitê Desenv Negócios Contr Empr Controladas e Coligadas			39	27/01/2011	
					27/01/2011	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê		Cargo ocupado	Profissão		Data eleição		Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados		Idade	Data posse	Data posse	Data posse	

Outros cargos/funções exercidas no emissor

Não

Tarcísio Augusto Carneiro

372.404.636-72

Não

Outros Comitês

Comitê de Recursos Humanos

Membro do Comitê (Efetivo)

Engenheiro

50

04/08/2010

04/08/2010

Até AGO de 2012

12.12 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A diretoria da Cemig Geração e Transmissão S.A. se encontra lotada na Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

Diretoria: 0%

Conselho Administração: 0%

Conselho Fiscal: 0%

13.16 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UJ		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
Companhia Energética de Minas Gerais									
17.155.730/0001-64	Brasileira-MG	Não	Sim		13/01/2010				
	2.896.785.358	100,000000%	0	0,000000%	0,000000%	2.896.785.358	100,000000%		
OUTROS	0	0,000000%	0	0,000000%	0,000000%	0	0,000000%		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
	0	0,000000%	0	0,000000%	0,000000%	0	0,000000%		
TOTAL	2.896.785.358	100,000000%	0	0,000000%	0,000000%	2.896.785.358	100,000000%		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Companhia Energética de Minas Gerais						
				CPF/CNPJ acionista	17.155.730/0001-64	
Ações em Tesouraria						
0	0,000000	290.920	0,075732	290.920	0,042631	
			Não	Não		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
AGC Energia S.A						
11.221.326/0001-65	Brasileira	Não	Não	16/06/2010		
98.321.592	32,963993	0	0,000000	98.321.592	14,407897	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
BlackRock, Inc.						
	Norte Americana	Não	Não	01/12/2009		
0	0,000000	36.104.343	9,398626	36.104.343	5,290676	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro-MG	Não	Sim	29/04/2010		
151.993.292	50,958347	0	0,000000	151.993.292	22,272867	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Companhia Energética de Minas Gerais						
						17.155.730/0001-64
Lazard Asset Management LLC						
	Norte Americana	Não	Não		14/04/2010	
0	0,00000	19.246.934	5,010332	19.246.934		2.820417
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,00000				
OUTROS						
47.954.784	16,077660	328.502.717	85,515310	376.457.501		55,165512
TOTAL						
298.269.668	100,000000	384.144.914	100,000000	682.414.582		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
AGC Energia S.A						
				11.221.326/0001-65		
OUTROS	98.321.592	100,000000	0	0,000000	98.321.592	100,000000
TOTAL	98.321.592	100,000000	0	0,000000	98.321.592	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
BlackRock, Inc.						
CPF/CNPJ acionista						
Composição capital social						
OUTROS	0	0,000000	36.104.343	100,000000	36.104.343	100,000000
TOTAL	0	0,000000	36.104.343	100,000000	36.104.343	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Estado de Minas Gerais						
CPF/CNPJ acionista 18.715.615/0001-60						
OUTROS						
151.993.292	100,000000	0	0,000000	151.993.292	100,000000	
TOTAL						
151.993.292	100,000000	0	0,000000	151.993.292	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Lazard Asset Management LLC						
CPF/CNPJ acionista						
0	0,000000	19.246.934	100,000000	19.246.934	100,000000	
0	0,000000	19.246.934	100,000000	19.246.934	100,000000	
Composição capital social						

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	29/04/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	27
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	46.819.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	917.054.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	5.357.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	5.715.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	2.663.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Companhia energetica de Minas Gerais	31/12/2009	668.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig distribuição S.A.	31/12/2010	10.039.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
	Passivo - Coligadas e Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	34.739.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Passivo - Coligadas e Controladora							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	14.495.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Ativo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	25.296.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Ativo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	122.722.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros	-----						
Rescisão ou extinção	-----						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	226.474.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros	-----						
Rescisão ou extinção	-----						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	4.748.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Despesa - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros	-----						
Rescisão ou extinção	-----						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	4.970.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Despesa - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros	-----						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	14.327.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Ativo- Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	13.429.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Ativo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	3.163.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	4.093.000,00				NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Furnec.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	129.647.000,00		NÃO		0,000000	
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minsa Gerais						
Objeto contrato	Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Furnec.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	106.966.000,00		NÃO		0,000000	
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Furnec.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	61.276.000,00		NÃO		0,000000	
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Despesa - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Furnec.						
Garantia e seguros							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	76.566.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Despesa - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	476.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Ativo - Coligadas e Controladora							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	12.225.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Ativo - Coligadas e Controladora							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2010	104.000,00				SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Passivo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Light S.A.	31/12/2009	52.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Ativo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Light S.A.	31/12/2010	16.871.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.						
Light S.A.	31/12/2009	25.701.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Receita - fornecimento Bruto de Energia Elétrica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2010	106.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Ativo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2009	72.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Ativo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2010	1.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Objeto contrato							
Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Light S.A.	31/12/2009	1.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2010	3.919.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2009	661.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Light S.A.	31/12/2010	9.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais							
Despesa - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	35.109.000,00				SIM 0,000000
Relação com o emissor						
Objeto contrato						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	42.069.000,00				SIM 0,000000
Relação com o emissor						
Objeto contrato						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	27.914.000,00				SIM 0,000000
Relação com o emissor						
Objeto contrato						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	26.736.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Passivo - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	369.361.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	322.003.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	6.598.000,00				SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Garantia e seguros	Ativo - Tributos Compensáveis – ICMS						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	7.742.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Garantia e seguros	Ativo - Tributos Compensáveis – ICMS						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	37.083.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Garantia e seguros	Passivo - Debêntures						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapê, com resgate após 25 anos da data de emissão.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	37.053.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Garantia e seguros	Passivo - Debêntures						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaipé, com resgate após 25 anos da data de emissão.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	29.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Despesa - Debêntures						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaipé, com resgate após 25 anos da data de emissão.						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	4.117.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato	Despesa - Debêntures						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaipé, com resgate após 25 anos da data de emissão.						
Forluz	31/12/2010	17.033.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Circulante						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.						
Forluz	31/12/2009	18.895.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Circulante						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.						
Forluz	31/12/2010	23.694.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego – Circulante						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.						
Forluz	31/12/2009	29.332.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego – Circulante						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.						
Forluz	31/12/2010	413.310.000,00				SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Garantia e seguros	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.						
Forluz	31/12/2009	411.064.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Garantia e seguros	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.						
Forluz	31/12/2010	16.297.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Garantia e seguros	Despesa - Despesa de Pessoal						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.						
Forluz	31/12/2009	10.706.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
	Despesa - Despesa de Pessoal						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.						
Forluz	31/12/2010	3.180.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.						
Forluz	31/12/2009	3.476.000,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.						
Outros	31/12/2010	38.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores						
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladas ou Controladores						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Outros	31/12/2009	13.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Não há.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.896.785.358,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358
	Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
		NÃO HÁ	Não há		
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/07/2005	2.896.785.358,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/07/2005	2.896.785.358,00		2.986.785.358	0	2.986.785.358

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	01/11/2006
Data de vencimento	01/11/2011
Quantidade (Unidades)	37.152
Valor total (Reais)	588.371.752,56
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	<p>QUANTIDADE POR SÉRIE: 22.348 - 1ª série // 14.804 - 2ª série. VALOR NOMINAL: R\$349.556.035,80 - 1ª série // R\$238.815.716,77 - 2ª série. VENCIMENTO DE CADA SÉRIE: 36 meses, em 01/11/2009 - 1ª série (liquidada) // 60 meses, em 01/11/2011 - 2ª série. JUROS: 1ª Série: CDI + 1,2% a.a. // 2ª Série: 104% CDI, pagos anualmente, em 1º de novembro. AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL: Na data de vencimento de cada série. GARANTIA: Fidejussória (fiança) prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. CRÉDITO: Quirografário. RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas. VENCIMENTO ANTECIPADO: Vide Cláusula V – item 5.2 da Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação. Alterações nas condições de remuneração, repactuação, garantia e pagamento deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das debêntures em circulação. A liberação da Emissora de obrigações e situações de vencimento antecipado deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das debêntures em circulação.</p>
Outras características relevantes	<p>AGENTE FIDUCIÁRIO: Planner Corretora de Valores S.A. BANCO MANDATÁRIO: Banco Itaú S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: Não houve recebimento de recursos, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em razão da permuta obrigatória prevista. MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO: Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às debêntures, ou previsto nos termos da Escritura, nas respectivas datas de vencimento, as debêntures terão poder liberatório, e serão obrigatoriamente aceitas pela Emissora em dação em pagamento pelos debenturistas de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora.</p>

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Nota Promissória
Data de emissão	21/12/2007
Data de vencimento	18/06/2008

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Quantidade (Unidades)	20
Valor total (Reais)	200.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109, inciso I da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Notas Promissórias, a seu exclusivo critério, desde que haja anuência expressa dos titulares das mesmas, nos termos da legislação aplicável. No caso de resgate antecipado parcial, este se realizará mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Características dos valores mobiliários	JUROS: 101,5% da Taxa DI. GARANTIA: Não há. CRÉDITO: Sem preferência. Concorre com os demais credores. RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não há. VENCIMENTO ANTECIPADO: vide item 1.17 da Lâmina ou verso da cártula.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	BANCO MANDATÁRIO: Banco Citibank S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: (i) recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 até o recebimento dos recursos, pagamentos estes estimados em R\$161,5 milhões, dos quais se destaca o pagamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$143,0 milhões; e (ii) pagamento das dívidas vincendas até o final do ano estimado em R\$38,5 milhões.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Notas Promissórias
Data de emissão	30/10/2009
Data de vencimento	28/04/2010
Quantidade (Unidades)	270
Valor total (Reais)	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	Público Alvo: Fundos de investimento (inclusive aqueles fundos de investimento cujos cotistas não são considerados investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004, bem como junto a outros investidores caracterizados como investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004. Inadequação da Oferta: As Notas Promissórias não são adequadas a investidores que (i) busquem retornos de médio e longo prazos; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Notas Promissórias no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Notas Promissórias.
Conversibilidade	Não

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar as Notas Promissórias em Circulação antecipadamente, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, pelo seu Valor Nominal Unitário, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares de Notas Promissórias, de acordo com os procedimentos previstos na Cártula.
Características dos valores mobiliários	JUROS: 113% CDI. GARANTIA: Aval da Companhia Energética de Minas Gerais -CEMIG. RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não há. VENCIMENTO ANTECIPADO: : vide item 1.28 da Lâmina ou verso da cártula.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A aprovação de qualquer deliberação em Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem mais de 50% das Notas Promissórias em Circulação, observados os quoruns qualificados estabelecidos na cártula. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias previstas na Cártula dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% das Notas Promissórias em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das Notas Promissórias, (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias, (iii) ao Aval; e/ou (iv) aos eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem 90%, no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação.
Outras características relevantes	BANCO MANDATÁRIO: Banco Bradesco S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: (i) R\$ 1,07 bilhão, ou aproximadamente 40% do valor total da emissão foram utilizados para aporte de capital na TAESA para que esta, então, utilizasse esses recursos na aquisição de 49% das ações ordinárias da Terna de propriedade da Terna S.p.A.; (ii) até R\$ 0,96 bilhão ou aproximadamente até 36% do valor total da emissão, foram destinados ao aporte de capital na Alterosa para que esta utilizasse esses recursos na realização da OPA da Aliança; e (iii) o restante do valor captado por meio da emissão foi destinado à recomposição de caixa dos investimentos já realizados em 2009 pela CEMIG GT, bem como para a implementação do plano de investimentos da CEMIG GT.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/01/2010
Data de vencimento	15/01/2015
Quantidade (Unidades)	270.000
Valor total (Reais)	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários	<p>QUANTIDADE POR SÉRIE: 156.600 - 1ª série // 113.400 - 2ª série. VALOR NOMINAL: R\$1.566.000.000,00 - 1ª série // R\$1.134.000.000,00 - 2ª série. VENCIMENTO DE CADA SÉRIE: 2 anos, em 15 /01/2012 - 1ª série // 5 anos, em 15/01/2015 - 2ª série. JUROS: 1ª Série: CDI + 0,9% a.a., pagos anualmente, em 15 de janeiro //; 2ª Série: 7,6796% a.a., pagos anualmente, em 15 de janeiro. AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL: 1ª Série: na data de vencimento da série, em 15/01/2012 // 2ª Série: 3 parcelas anuais, em 2013, 2014 e 2015 (33%, 33% e 34%, respectivamente). CORREÇÃO MONETÁRIA: 1ª Série: não há // 2ª Série: IPCA, pago juntamente com a amortização do principal. GARANTIA: Fidejussória (fiança) prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. CRÉDITO: Quirografário (sem garantia nem preferência). RESTRIÇÕES AO EMISSOR: Não há. VENCIMENTO ANTECIPADO: vide na íntegra a Cláusula VII da Escritura</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação. As alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das debêntures; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas; (iii) à espécie das debêntures; (iv) à cláusula VII da Escritura (Vencimento Antecipado); (v) às autorizações ou permissões (waivers) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura; e/ou (vi) às disposições e/ou dos quora estabelecidos na Escritura deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.</p>
Outras características relevantes	<p>AGENTE FIDUCIÁRIO: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. BANCO MANDATÁRIO: Banco Bradesco S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: os recursos recebidos foram integralmente utilizados para o resgate das 270 Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, emitidas em 30 de outubro de 2009.</p>

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da CEMIG
Data de emissão	23/12/2010
Data de vencimento	18/12/2011
Quantidade (Unidades)	35
Valor total (Reais)	350.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	as Notas Promissórias (NPs) somente poderão ser negociadas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 dias da respectiva subscrição e integralização. São considerados investidores qualificados: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as NPs em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das NPs. O resgate antecipado será pelo Valor Nominal Unitário das NPs acrescido dos Juros Remuneratórios (pro rata temporis desde a data de emissão até a data do efetivo resgate).

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários	Juros: 105,5% da taxa média dos DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis. Crédito quirografário. A Emissora deverá observar o prazo de 4 meses contados do encerramento da Emissão para realizar nova oferta pública de NPs, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 476.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>A Emissora, os titulares de NPs que representem 10%, no mínimo, das NPs em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias, a qualquer momento, quando julgarem necessário.</p> <p>Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das NPs que representem, no mínimo, 75% das NPs em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora.</p> <p>As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (a) à Remuneração das Notas Promissórias; (b) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; e/ou (c) aos Eventos de Vencimento Antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das NPs que representem, no mínimo, 90% das NPs em Circulação.</p>
Outras características relevantes	<p>Eventos de Vencimento Antecipado:</p> <p>(a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da EMISSORA, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da EMISSORA ou pedido de falência formulado pela EMISSORA; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da EMISSORA, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;</p> <p>(b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor, individual ou agregado, não pago ultrapasse R\$50.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data de vencimento da obrigação;</p> <p>(c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da EMISSORA decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas;</p> <p>(d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da EMISSORA, sem a prévia anuência dos Titulares das NPs que representem 75%, no mínimo, das NPs em circulação, salvo se por determinação legal;</p> <p>(e) incorporação da EMISSORA por outra empresa, cisão ou fusão da EMISSORA, salvo se por determinação legal;</p> <p>(f) privatização da EMISSORA;</p> <p>(g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela EMISSORA que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da EMISSORA; ou</p> <p>(h) inadimplemento injustificado pela EMISSORA, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens "(a)" e "(c)" acima acarretará o vencimento antecipado imediato das Notas Promissórias, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial e qualquer consulta aos Titulares das Notas Promissórias. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nos subitens acima, deverá ser convocada, dentro de 48 horas da data em que qualquer dos Titulares das NPs tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral dos Titulares das NPs para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Notas Promissórias, que deverá ser definida por Titulares de NPs que representem, no mínimo, 2/3 das NPs em circulação da Emissão.</p>

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As debêntures são registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures , administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

As Notas Promissórias são registradas para negociação no mercado secundário por meio do NOTA, sendo as negociações liquidadas na CETIP.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. país

b. mercado

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

d. data de admissão à negociação

e. se houver, indicar o segmento de negociação

f. data de início de listagem no segmento de negociação

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

i. se houver, banco depositário

j. se houver, instituição custodiante

Este item não se aplica à Cemig GT, pois as debêntures não são negociadas no mercado estrangeiro.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Vide item 18.5

18.10 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

19.4 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

20.2 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da CEMIG aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as Bolsas de Valores e a SEC, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas Bolsas de Valores, e ainda caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

21.4 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não ocorreu

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreu

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, não celebramos outros contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.4 - Outras informações relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.